

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Antoniela A'Costa Rodrigues

CACHOEIRA DO SUL: VAMOS CONHECER?
Elaboração de material paradidático a partir do patrimônio histórico

Santa Maria, RS
2020



PROFHISTÓRIA

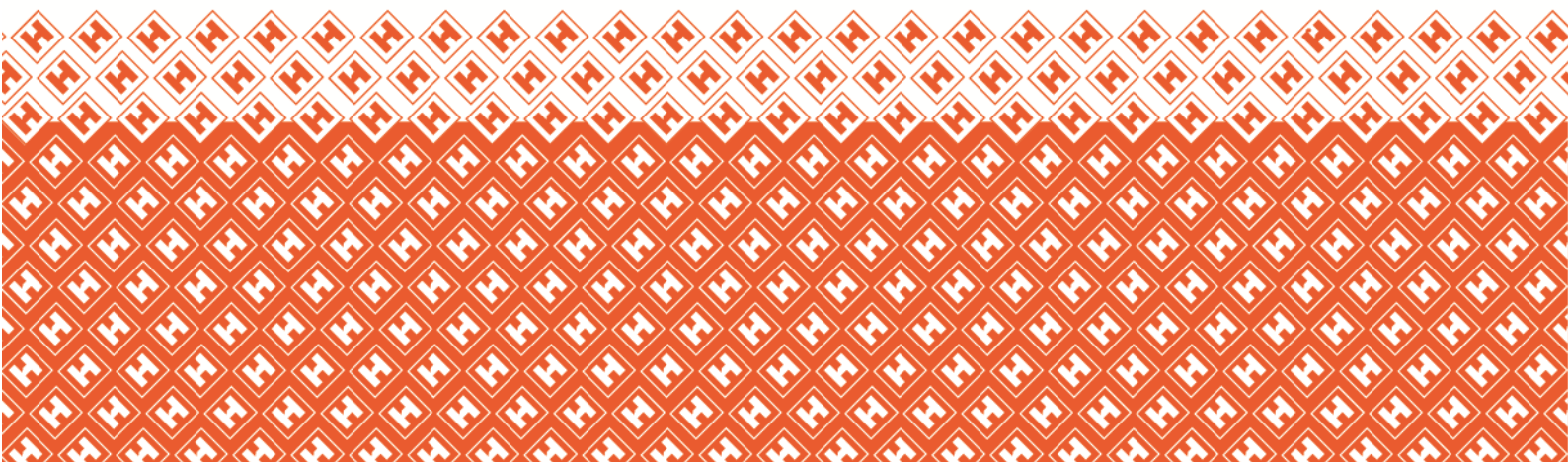
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANTONIELA A' COSTA RODRIGUES

**Cachoeira do Sul: vamos conhecer?
Elaboração de material paradidático a
partir do patrimônio histórico**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

Março / 2020



Antoniela A'Costa Rodrigues

CACHOEIRA DO SUL: VAMOS CONHECER?
Elaboração de material paradidático a partir do patrimônio histórico

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Rosa Borin

Santa Maria, RS
2020

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Rodrigues, Antonielli A'Costa
CACHOEIRA DO SUL: vamos conhecer? Elaboração de material paradidático a partir do patrimônio histórico / Antonielli A'Costa Rodrigues.- 2020.
93 f.; 30 cm

Orientadora: Marta Rosa Borin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em História em Rede Nacional, RS, 2020

1. Ensino de História 2. História Regional 3. Educação Patrimonial I. Borin, Marta Rosa II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANTONIELLA A'COSTA RODRIGUES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Antoniela A'Costa Rodrigues

CACHOEIRA DO SUL: VAMOS CONHECER?
Elaboração de material paradidático a partir do patrimônio histórico

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ensino de História**.


Aprovada em 16 de março de 2020.



Marta Rosa Borin, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



José Iran Ribeiro, Dr. (UFSM)



Eloísa Helena Capovilla/da Luz Ramos, Dr^a. (UNISINOS)

Santa Maria, RS
2020

A Lucas,
te encontro do outro lado do Jordão.

AGRADECIMENTOS

Ninguém vive e, muito menos, constrói conhecimento sozinho. Materializar o sonho de concluir esta dissertação e, por conseguinte, o curso de Mestrado, só foi possível graças ao envolvimento de várias pessoas que estiveram comigo nessa jornada, às quais gostaria de aqui agradecer:

- À minha orientadora, Marta Rosa Borin, por toda gentileza, profissionalismo e competência, por confiar em meu potencial e indicar o caminho das pedras, até mesmo durante suas férias ou no conforto do seu lar;
- À coordenação e ao corpo docente do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Maria, equipe extremamente qualificada e humana, fundamentais durante este percurso acadêmico;
- À Maria Irtília Vieira da Cunha e Silva e seu esposo, por terem aberto a sua residência e a intimidade da família para a realização desta pesquisa;
- Ao meu esposo, Vinicius, por ter sido incrível todos esses anos, e por tantas outras coisas que não caberiam em uma simples frase;
- Aos meus familiares, em especial minha mãe Roseli, pelo amor e suporte que oferecem desde sempre e que me trouxeram até este momento;
- À minha sogra Carla, pessoa maravilhosa e responsável por incontáveis coisas boas na minha vida (especialmente por Vinicius!);
- Às minhas amigas e aos meus colegas de mestrado, por compartilharmos as angústias e também as conquistas.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram no caminho que me permitiu chegar até aqui. Como diz o provérbio, a gratidão é a memória do coração.

O passado não reconhece seu lugar:
está sempre presente.

Mário Quintana

RESUMO

CACHOEIRA DO SUL: VAMOS CONHECER?

Elaboração de material paradidático a partir do patrimônio histórico

AUTORA: Antonielli A'Costa Rodrigues

ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Este trabalho se propõe à elaboração de um material paradidático sobre a formação do município de Cachoeira do Sul, voltado para a utilização por professores e estudantes da educação básica no município. Essa proposta procura suprir a demanda de docentes por materiais pedagógicos específicos sobre a história da cidade, materiais que até então não existem. Optou-se por utilizar a metodologia da Educação Patrimonial para a criação deste material por entender que possibilita a valorização da cultura da cidade, fundada há 200 anos e ocupada há ainda mais tempo. Também se considera que ela aproxima a escola dos espaços públicos, ajudando a desenvolver habilidades e competências necessárias ao exercício da cidadania. Para isso, o trabalho traz um resumo da história do município de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, desde os primórdios de sua ocupação no século XVIII até a virada dos séculos XIX e XX. Enfatizou-se a convergência dos diferentes grupos humanos que formaram o povo cachoeirense durante esse período: indígenas, portugueses, afrodescendentes escravizados, açorianos, alemães e italianos — contemplando, dessa forma, a multiculturalidade presente na formação do local ao longo dos anos. Além de trazer um compilado da história local, também há fotografias antigas e atuais, ilustrações e outras imagens. Sugestões de atividades pedagógicas estão incluídas ao final de cada capítulo do material paradidático. Uma seção especialmente dirigida aos professores traz outras propostas pedagógicas, além de referências complementares com publicações, vídeos, endereços de *websites* e jogos didáticos.

Palavras-chave: Ensino de História. História Regional. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

CACHOEIRA DO SUL: LET'S MEET? Elaboration of didactic material from its historical heritage

AUTHOR: Antonieia A'Costa Rodrigues

ADVISOR: Marta Rosa Borin

This work proposes the elaboration of a didactic material about the Cachoeira do Sul county formation, bounded to teachers and students of basic education's utilization. This proposal aims to fulfill the teachers' request regarding specific pedagogical materials about the county's history, since these materials don't exist yet. We chose to use the Patrimonial Education methodology for creating this material for understanding that it allows the city culture's valorization, once it was founded 200 years ago and have being occupied since before that. We also consider that this methodology makes school closer to public spaces, helping to develop skills and abilities needed to support citizenship exercise. In order to do so, this work brings a brief history of Cachoeira do Sul county, located in Rio Grande do Sul, Brazil, since the prime years of its occupation in the 18th century until the turn of the 19th to the 20th century. We emphasized the convergence of different human groups who constituted the local people during this period: native, Portuguese, enslaved Afro-descendants, Azorean, German and Italian — this way considering the multiculturalism inherent to the local development through the years. Beyond bringing a local history brief, there are also old and recent photographs, illustrations and other images. Pedagogical activities suggestions are included at the end of each chapter of the didactic material. A special chapter bounded to teachers brings other pedagogic proposals, besides including complementary references such as publications, videos, websites addresses and didactic games.

Keywords: History Teaching. Regional History. Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 — Casa da Aldeia, exemplar da arquitetura luso-brasileira do século XIX, construída em 1849, já bastante degradada pela ação do tempo e pela falta de cuidados.....20
- Figura 2 — Casa da Aldeia na condição em que se encontra desde 2009, coberta por uma estrutura de metal e isolada por tapumes de madeira..... 21
- Figura 3 — Aspecto original da fachada da Igreja Matriz. Inaugurada em 1799, foi erguida no estilo característico das igrejas brasileiras do período colonial.....23
- Figura 4 — Catedral Nossa Senhora da Conceição em seu aspecto atual, o mais antigo templo religioso de Cachoeira do Sul/RS, após sucessivas modificações..... 24
- Figura 5 — Brasão de Cachoeira do Sul, um dos símbolos oficiais do município, produzido e adotado em 1959 25
- Figura 6 — Pórtico do Cemitério das Irmandades, antes chamado de Cemitério da Aldeia, o mais antigo do município, inaugurado em 1833..... 26
- Figura 7 — Pórtico do Cemitério Municipal, inaugurado em 1891, construído na zona norte da cidade, fora dos limites urbanos da época..... 27
- Figura 8 — Ponte do Passo Real do Botucaraí em Cachoeira do Sul, primeira ponte de pedra construída no Rio Grande do Sul, inaugurada em 1848 29
- Figura 9 — Rampa do antigo porto de Cachoeira do Sul, ao final da rua Moron, com seu calçamento original de 1859, obra que ajudou a colocar a cidade como importante rota para as fronteiras com Uruguai e Argentina. 31
- Figura 10 — A Casa de Câmara, Júri e Cadeia Civil (1865), em primeiro plano; e ao fundo o Teatro Municipal (1900), demolido na década de 1960..... 32
- Figura 11 — Paço Municipal, um dos prédios mais antigos e bem preservados de Cachoeira do Sul, em fotografia posterior à sua recente restauração, realizada em 2017.....33
- Figura 12 — Aspecto da rua Júlio de Castilhos em cruzamento com a rua Juvêncio Soares, importante via comercial de Cachoeira do Sul do começo do século XX..... 34
- Figura 13 — Instituto Pré-Teológico, primeira instituição destinada ao preparo preliminar de futuros estudantes de Teologia no Rio Grande do Sul, inaugurado em 1917.....35
- Figura 14 — Templo Martim Lutero, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, construído em estilo gótico, concluído em 1931 36
- Figura 15 — Fachada revitalizada da casa-sede da Fazenda da Tafona, antiga estância de uma das primeiras famílias a povoar Cachoeira do Sul. Sua construção remonta a cerca de 1813. 43
- Figura 16 — Galpão e maquinários da Atafona, utilizados na produção de farinha de mandioca, possivelmente desde fins do século XVIII e início do século XIX, na Estância São José, hoje Fazenda da Tafona. 44
- Figura 17 — Sala de visitas da casa-sede da Fazenda da Tafona, cômodo da habitação que permanece menos alterado em seus elementos originais do século XIX. 45
- Figura 18 — Registro de charqueadores negros no Paredão, do começo do século XX.....47
- Figura 19 — Imediações da Charqueada do Paredão (ao fundo, com chaminé) e uma incipiente comunidade nas redondezas, retratada em cartão-postal, possivelmente dos primeiros anos dos 1900. 48
- Figura 20 — Vista da Charqueada do Paredão, principal estabelecimento industrial de Cachoeira do Sul, tomada da margem direita do rio Jacuí em 191049

Figura 21 — Certificado de cotas de capital da empresa Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Ltd., empresa inglesa estabelecida em Cachoeira do Sul, datado de 1903.....	50
Figura 22— Envelope da Charqueada e Estabelecimento Paredão divulgando seu novo produto, o Alimento Fabini, em Cachoeira do Sul, com data de 1923.	51
Figura 23 — Aspecto atual do edifício principal e mais antigo da Charqueada do Paredão, em visita técnica realizada por autoridades municipais em 2017.....	51

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 — Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1809	22
Mapa 2 — Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1822	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Evolução da População Escravizada em Cachoeira do Sul	40
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COMPAHC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCT	Temas Contemporâneos Transversais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CACHOEIRA DO SUL E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO	19
2.1 INÍCIO DA OCUPAÇÃO	19
2.2 CACHOEIRA DO SUL NO SÉCULO XIX	27
2.3 OS NEGROS NA FORMAÇÃO DE CACHOEIRA DO SUL	38
2.4 HERANÇAS DA ESCRAVIDÃO	41
2.4.1 Fazenda da Tafona	42
2.4.2 Charqueada do Paredão	46
3 PATRIMÔNIO E ENSINO DE HISTÓRIA	53
3.1 SUSCITANDO QUESTÕES ATRAVÉS DA AUSÊNCIA	56
3.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA SALA DE AULA	59
3.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	61
4 ELABORAÇÃO DO PRODUTO	64
4.1 CONTEXTO DO PROFHISTÓRIA	64
4.2 MATERIAL PARADIDÁTICO	65
4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO METODOLOGIA DE ENSINO	67
4.4 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	70
4.4 DELIMITAÇÃO TEMÁTICA	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICE	80

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História — ProfHistória, um Programa de pós-graduação *stricto sensu* ofertado em rede nacional, atualmente em 36 núcleos espalhados por todas as regiões do Brasil. É coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo ingresso é exclusivo para professores atuantes na disciplina de História nas redes de ensino básico de todo o país, seja em instituições públicas ou privadas. Possui reconhecimento da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e está em funcionamento desde 2014. O ProfHistória foi criado com a proposta básica de melhorar a qualificação dos docentes da disciplina e, conseqüentemente, ajudar a promover a elevação na qualidade de ensino no país.

Uma característica fundamental deste programa é a requisição da apresentação de um produto, além da produção do texto acadêmico propriamente dito. Ou seja, além da dissertação, é necessário elaborar um material destinado à aplicação e utilização no campo de atuação onde os mestrandos encontram-se inseridos; logo, na Educação Básica. O produto pode ser em forma de propostas metodológicas, materiais didáticos, jogos, oficinas replicáveis, ações que contribuam na formação continuada de docentes, enfim; todos os esforços neste programa estão direcionados a fazer com que o conhecimento adquirido junto à academia retorne ao ambiente escolar e contribua para melhorar a qualidade da educação no país, em especial, do Ensino de História. Uma relação cada vez mais próxima entre os diferentes níveis da educação básica brasileira torna-se ainda mais necessária em um momento sócio-político tão delicado quanto o que transcorre na atualidade, notadamente no que diz respeito a ataques direcionados às ciências humanas, em geral, e à História, em particular.

Cachoeira do Sul foi o quinto município fundado no Rio Grande do Sul e, em 2020, completa 200 anos de sua emancipação em relação a Rio Pardo; no entanto, a região já vinha sendo povoada há pelo menos 70 anos. Devido à sua longa história, a cidade possui ainda diversas edificações, testemunhos perenes da trajetória de sua conformação urbana e da passagem do tempo naquelas bandas. Algumas delas preservadas, até mesmo restauradas por profissionais; muitas outras em ruínas, esquecidas e abandonadas, sujeitas à ação da natureza

e, às vezes, prestes a tombar — literalmente. Outras tantas construções desapareceram ao longo das décadas, cedendo espaço à expansão da cidade; e há ainda aquelas que, após sucessivas descaracterizações de suas fachadas e interiores, pouco se referem ao seu passado.

Tendo em vista a relevância do município de Cachoeira do Sul para a história do estado do Rio Grande do Sul, e considerando-se a proposta de elaboração de um produto voltado ao ensino básico do ProfHistória, optamos pela elaboração de um material que sirva de aporte para o ensino e a aprendizagem da história local, a partir do seu patrimônio histórico, sobretudo aqueles que demonstram a ocupação do município por diferentes grupos humanos. O material destina-se aos professores da rede de ensino básico do município e também à comunidade escolar, a fim de promover o reconhecimento e a valorização da história local. Este material contém, ainda, atividades para o ensino da disciplina de História do município de Cachoeira do Sul, com foco, principalmente, no Ensino Fundamental.

Neste material, se objetiva explorar diferentes aspectos da memória local, utilizando estratégias oriundas da educação patrimonial para aproximar a comunidade escolar de sua própria história. Busca-se oferecer subsídios para possibilitar a criação entre os estudantes — e por que não, também entre docentes — de uma consciência de seu papel na sociedade, enquanto sujeitos históricos. Através deste trabalho, busca-se contribuir para preencher uma lacuna em relação a ferramentas pedagógicas voltadas para o ensino da história local e para a valorização do patrimônio histórico deste município, que foi tão relevante para a conformação do Rio Grande do Sul.

Considera-se a presente proposta relevante por seu ineditismo: ainda não existe um material didático específico sobre a história do município, que possibilite ensinar e aprender sobre a história de Cachoeira do Sul, sobretudo, que inclua a exploração de lugares de memória (LE GOFF; NORA, 1979) e de patrimônio histórico previamente selecionados. Sua premissa básica é tornar o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de história mais lúdico e inteligível para o público escolar, ao mesmo tempo em que pretende criar subsídios para a promoção da valorização da história local, para a preservação de seu patrimônio histórico e para o respeito à diversidade étnico-cultural. Tal abordagem inclui experiências de ensino-aprendizado da disciplina também fora da sala de aula, em espaços não formais de aprendizagem.

O material destina-se ao uso por professores da rede de ensino básico do município; pelo corpo discente cachoeirense; e também pela comunidade escolar, promovendo a divulgação e valorização da história local. E como não basta apenas criar o material, buscamos proporcionar o acesso dos professores de educação básica que atuam em Cachoeira do Sul a essa ferramenta pedagógica — seja em formato impresso e/ou digital. Este material será um facilitador da prática do ensino da História, pois o docente poderá utilizá-lo com autonomia para realizar as adaptações pedagógicas que julgar necessárias, a fim de realizar seu planejamento de aulas com criatividade e ludicidade.

Felizmente, hoje em dia, são abundantes as iniciativas de promoção da valorização do patrimônio, seja ele histórico, cultural, material, imaterial, em diversas partes do Brasil e também em outros países, demonstrando que a preocupação com a salvaguarda patrimonial é um movimento amplo e abrangente. Chama a atenção o fato de que não é raro encontrar trabalhos feitos por e para professores da educação básica, especialmente no âmbito do programa ProfHistória.

Instrumentalizar o fazer docente com diferentes práticas educacionais, sublinhando a relevância do patrimônio local, resgatando e ressignificando práticas como o caminhar pela cidade, é uma estratégia de profunda importância atualmente, em um momento histórico em que, de forma geral, a classe docente é exortada a adotar ferramentas cada vez mais tecnológicas, a fim de tentar acompanhar o ritmo das crianças e adolescentes e o fluxo constante de informações que provêm da internet - no mais das vezes, com ínfimo sucesso.

Prover meios para impulsionar a sensibilização da comunidade escolar para a vasta história e memória cachoeirenses, bem como para possibilitar o reconhecimento da importância e conseqüente valorização e preservação dos bens que compõem seu patrimônio, são algumas das finalidades que se almeja fomentar com este trabalho.

2 CACHOEIRA DO SUL E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

2.1 INÍCIO DA OCUPAÇÃO

Cachoeira do Sul surgiu como povoado na região central do atual Estado do Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XVIII, por ocasião da assinatura do Tratado de Madrid em 1750¹, enquanto região de fronteira entre domínios coloniais portugueses e espanhóis. Sua ocupação iniciou com o estabelecimento de soldados portugueses agraciados com sesmarias, para garantir a dominação portuguesa do território. Sua história encontra-se intrinsecamente ligada à formação do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, das fronteiras meridionais do Brasil — que, como se sabe, foram demarcadas abaixo de guerra. Eckert exalta um passado tido como glorioso de Cachoeira do Sul:

Cachoeira caracterizava-se pela política e pelo trabalho. Sempre participou dos acontecimentos políticos em benefício dos interesses do Rio Grande do Sul. A cidade foi criada como baluarte em defesa contra as invasões dos espanhóis. Cachoeirenses participaram da Guerra dos Farrapos e lutaram pela liberdade e glória da Pátria na Guerra do Paraguai e nas mais diversas revoluções. (ECKERT, 1994, p. 43)

Sob responsabilidade do Governador e Capitão General do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, representante dos interesses de Portugal, foram distribuídas sesmarias que somavam cerca de 13 mil hectares nessa região. Formaram-se assim as primeiras estâncias, criando gado xucro que vivia solto por aqueles lados, oriundo da Vacaria del Mar. Relatório redigido por Aurélio Porto relaciona os seguintes nomes tidos como os primeiros estancieiros das terras de Cachoeira do Sul: Antônio Gomes de Campos, Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, Manoel Gomes Porto e Manuel Carvalho da Silva (PORTO, 1910, p. 7-8).

Freire de Andrade também recebeu a tarefa de instalar em terras dos Sete Povos das Missões, que passaram a ser propriedades da Coroa portuguesa, casais vindos do Arquipélago

¹ Acordo que selou a paz entre Portugal e Espanha e determinou que o primeiro ficaria com a região conhecida como Sete Povos das Missões (noroeste do atual Rio Grande do Sul) enquanto passava a Colônia de Sacramento (sudoeste do atual Uruguai) ao domínio espanhol.

dos Açores, uma região que por essa época sofria com excesso de contingente populacional. As terras missioneiras, no entanto, encontravam-se ainda ocupadas por milhares de indígenas aculturados liderados por padres jesuítas, que se recusaram a abandonar suas aldeias. Esse impasse acabou resultando na chamada Guerra Guaranítica, conflito ocorrido entre 1754 e 1756 onde se enfrentaram, de um lado, tropas portuguesas e espanholas e, de outro, os indígenas aldeados nas missões jesuíticas, que acabaram aniquilados pelas forças militares europeias.

Com o fim da guerra, Freire de Andrade levou para a região que hoje é Cachoeira do Sul um grupo de indígenas e os instalou nas proximidades do rio Botucaraí. Mais tarde, em 1769, o governador da Província, José Marcelino de Figueiredo, ordenou que esses indígenas fossem transferidos para terras à margem esquerda do rio Jacuí, no Passo do Fandango. Neste lugar, os gentios construíram uma capela em homenagem a seu santo católico de devoção, São Nicolau. O lugarejo ficou conhecido então como Aldeia (SCHUH; RITZEL, 1997).

Figura 1 — Casa da Aldeia, exemplar da arquitetura luso-brasileira do século XIX, construída em 1849, já bastante degradada pela ação do tempo e pela falta de cuidados



Fonte: Fototeca do Museu Municipal, 2003

Hoje, o bairro que leva o mesmo nome concentra ainda diversas edificações históricas remanescentes de diferentes fases da ocupação de Cachoeira do Sul, em especial de seus

primeiros tempos. Entre elas estão a chamada Casa da Aldeia, o primeiro hospital, a primeira hidráulica municipal², o Cemitério das Irmandades Conjuntas, entre outras.

A Casa da Aldeia foi a primeira casa particular com pedido formal de construção em Cachoeira do Sul de que se tem notícia. Documentos constantes no acervo do Arquivo Histórico local dão conta de que a licença para sua construção foi requerida em 1849 pelo português Manoel Francisco Cardozo, casado com uma índia guarani de nome Joaquina Maria de São José. O tombamento da edificação ocorreu em 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE). Trata-se de importante exemplar arquitetônico que traz até o presente indícios das interações sociais entre portugueses e gentios, em terras cachoeirenses. Infelizmente, na atualidade, a casa encontra-se em avançado estado de deterioração, completamente irreconhecível enquanto patrimônio histórico para os olhos de quem passa pelo local.

Figura 2 — Casa da Aldeia na condição em que se encontra desde 2009, coberta por uma estrutura de metal e isolada por tapumes de madeira



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2020

Nesse ínterim, os açorianos acabaram estabelecendo-se em diversos povoados localizados ao longo das margens do rio Jacuí, importante meio de transporte em território sul-rio-grandense nesse período. Alguns desses casais açorianos acabaram permanecendo por

² Projetada pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Britto e inventariada como patrimônio cultural da cidade. Inaugurada a 20 de setembro de 1921.

Alguns anos mais tarde, em 1793, foi lançada em Cachoeira do Sul a pedra fundamental da construção do que hoje é um dos mais antigos edifícios da cidade: a Igreja Matriz católica. A tarefa de erigi-la ficou a cargo das Irmandades Conjuntas de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento (SCHUH; CARLOS, 1991). Seis anos depois, em 1799, ainda que estivesse apenas parcialmente concluída, inaugurou-se a nova Igreja.

Figura 3 — Aspecto original da fachada da Igreja Matriz. Inaugurada em 1799, foi erguida no estilo característico das igrejas brasileiras do período colonial



Fonte: Fototeca do Museu Municipal, [1910?]

A Igreja foi erguida graças ao emprego da mão de obra indígena³, na fabricação dos tijolos, e dos negros da Irmandade do Rosário, na sua construção propriamente dita. Estes negros, posteriormente, receberiam uma ala separada para seus sepultamentos junto ao Cemitério das Irmandades:

Uma das entidades religiosas da Igreja era a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, fundada na cidade em 1812, e da qual faziam parte escravos que só dela participavam mediante a autorização expressa de seus senhores. Aos integrantes desta Irmandade era destinada uma ala, no lado direito do cemitério, para os seus sepultamentos. (SCHUH; RITZEL, 1997, p. 22)

³ Uma olaria foi instalada no povoado com o intuito de fabricar os tijolos necessários à ereção do templo católico, sob responsabilidade dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição. Nela trabalhavam 13 indígenas, conforme documentação do acervo do Arquivo Histórico Municipal.

A Igreja Matriz foi palco de inúmeros momentos importantes na história da cidade. Nela celebravam-se festas e conquistas, realizavam-se atividades políticas e enterravam-se em suas paredes os corpos de cidadãos de destaque na sociedade.

Um marcante acontecimento, no entanto, chama a atenção entre os demais: o esfaqueamento do Comendador Antonio Vicente da Fontoura no púlpito da igreja, em pleno processo eleitoral, a 8 de setembro de 1860, perpetrado por um homem negro liberto de nome Manoel Pequeno. Fontoura era relevante figura da sociedade cachoeirense e veio a falecer, cerca de 40 dias depois, em decorrência dos ferimentos.

Figura 4 — Catedral Nossa Senhora da Conceição em seu aspecto atual, o mais antigo templo religioso de Cachoeira do Sul/RS, após sucessivas modificações



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2019

A investigação acerca desse crime gerou uma peça judiciária riquíssima de informações sobre os embates entre diferentes grupos sociais e políticos cachoeirenses do período. Rosicler Fagundes foi a historiadora responsável por localizar e trazer à tona tais documentos⁴, que posteriormente foram também explorados em análises sobre seu viés

⁴ Resultando na sua dissertação de mestrado defendida junto ao PPGH-Unisinos, intitulada *Esfaqueamento no Púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865)*.

sociopolítico no panorama pós-Revolução Farroupilha em Cachoeira do Sul, e também no Rio Grande do Sul, pelos historiadores Moreira, Ribeiro e Mugge (2016).

A atual aparência da Igreja guarda poucos elementos em comum com a construção original, do século XVIII (observar Figuras 3 e 4). Sucessivas reformas ao longo de seus 220 anos acabaram por modificar e mesmo descaracterizar padrões arquitetônicos de seus primeiros tempos. Há registros de alterações ou reformas nos anos de 1865, 1874, 1929, 1963, 1983 (SCHUH; CARLOS, 1991), e uma grande revitalização da fachada realizada com o subsídio de recursos federais em 2008. Segundo Schuh e Ritzel (1997), de todo o seu rico interior original restou inalterado apenas o altar da Capela do Santíssimo.

Trata-se de reconhecido patrimônio cultural cachoeirense que compõe o mais icônico sítio histórico da cidade — e passou inclusive a ilustrar o brasão municipal, em ilustração de Geraldo da Silva Chaves, estudioso de heráldica, a partir de 1959 (ver Figura 5). Desde 1985 a edificação é tombada pelo COMPAHC.

Figura 5 — Brasão de Cachoeira do Sul, um dos símbolos oficiais do município, produzido e adotado em 1959



Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS

Os sepultamentos nas paredes da Igreja Matriz cessaram somente a 1832, ainda que desde 1823 houvesse uma lei proibindo as sepulturas no interior de igrejas e que já desde 1827 houvesse quem se manifestasse publicamente a alertar sobre os perigos sanitários da prática em Cachoeira do Sul, conforme documentação consultada por Schuh e Carlos (1991). A partir de janeiro de 1833 os sepultamentos passaram a ser realizados pelo Vigário da

Freguesia, Pe. Ignácio Francisco Xavier dos Santos, nas dependências do então Cemitério da Aldeia (ver Figura 6).

Nas palavras de Schuh e Carlos (1991, p. 91), “o cemitério é o mesmo de hoje, conhecido por Cemitério das Irmandades, sendo administrado, conjuntamente, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição”.

Figura 6 — Pórtico do Cemitério das Irmandades, antes chamado de Cemitério da Aldeia, o mais antigo do município, inaugurado em 1833



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2020

Por essa época, julgou-se adequado efetuar os sepultamentos nesse local por encontrar-se a uma distância segura do núcleo do povoado, evitando possíveis contatos com doenças como cólera e tifo, altamente contagiosas e geralmente fatais. No entanto, não tardou o crescimento do povoado a engolir as dependências do cemitério, localizado junto ao bairro da Aldeia.

Crescendo também a população, conseqüentemente, logo foi necessário delimitar um novo cemitério, uma vez que este já existente fora erguido junto às barrancas do rio Jacuí, não havendo, portanto, para onde se expandir. A 1891 inaugurou-se o Cemitério Municipal (ver Figura 7), “na parte alta da cidade, com o sepultamento de Felisberto Machado de Carvalho Ourique, vulto cachoeirense que teve participação efetiva na Revolução

Farroupilha” (SCHUH; CARLOS, 1991, p. 94), cujo monumento funerário encontra-se ainda conservado no local.

Figura 7 — Pórtico do Cemitério Municipal, inaugurado em 1891, construído na zona norte da cidade, fora dos limites urbanos da época



Fonte: Fotografia de Antonieila A’Costa Rodrigues, 2020

Desta vez, sim, bastante distante do centro da vila, mas que igualmente acabou sendo engolido pela urbanização do município — e hoje ocupa uma localização privilegiada na chamada Zona Norte de Cachoeira do Sul, e com seus espaços para sepultamentos já esgotados.

2.2 CACHOEIRA DO SUL NO SÉCULO XIX

O povoado cresceu ao longo das décadas e foi elevado à categoria de vila (equivalente legal de um município) em 1819, através de alvará régio subscrito pelo rei Dom João VI, a 26 de abril, desmembrando-se de Rio Pardo — o primeiro município gaúcho a passar por esse processo — e tornando-se o quinto município criado no Rio Grande do Sul. Recebeu o nome de Vila Nova de São João da Cachoeira, fazendo homenagem ao monarca que determinou sua criação.

O vilarejo também acabou envolvendo-se diretamente na Guerra dos Farrapos (1835-1845), devido, principalmente, à sua posição intermediária entre os grupos regionais envolvidos no confronto.

A prosperidade urbana cachoeirense, assim como nas demais comunidades sul-brasileiras, foi interrompida durante a década do conflito Farroupilha, que colocou estancieiros e charqueadores em lados opostos. [...] Os estancieiros queixavam-se dos pesados impostos cobrados e pretendiam acabar ou reduzir a taxaço de gado na fronteira com o mundo platino, estabelecendo livre circulação do rebanho que possuíam em ambos os lados. Por outro lado, produtores do charque, localizados na área lacustre da Província sul-rio-grandense [...] alimentavam a população pobre e os escravos do Centro-Sul brasileiro, tendo, por esta razão, grandes interesses com a capital imperial, Rio de Janeiro. [...] Além disso, para ambos os lados, a política do governo federal de cobrir despesas das províncias deficitárias com fundos das superavitárias, como a sul-rio-grandense, desagradava tanto estancieiros quanto charqueadores. Neste contexto, os estancieiros, no comando de milícias armadas particulares, deflagraram o conflito que duraria de 1835 a 1845. (SELBACH, 2007, p. 110-111)

Ainda de acordo com Selbach (2007), mesmo que os anos da Revolução Farroupilha tenham afetado negativamente o crescimento econômico de Cachoeira do Sul, diminuindo a arrecadação de impostos local, poucos anos após o término do conflito o município já recebia atenção do governo provincial e recursos para implementação de melhorias.

Uma dessas melhorias foi a construção da ponte de pedra no Passo Real do Botucaraí (ver Figura 8), cujo plano de elaboração remonta a 1832, segundo documentação constante no acervo do Arquivo Histórico Municipal.

Figura 8 — Ponte do Passo Real do Botucaraí em Cachoeira do Sul, primeira ponte de pedra construída no Rio Grande do Sul, inaugurada em 1848



Fonte: Fotografia de Péricles Thiele, 2011

A obra, porém, só saiu do papel e foi concluída a 1848, após o fim da guerra civil. Porto (1910) relata que essa foi a primeira ponte desse tipo construída no estado; por muitas décadas, ela serviu como a principal via de ligação entre Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Porto Alegre, escoando a produção agrícola e industrial cachoeirense. Somente nos anos 1950 é que deixou de ser utilizada pelo fato de que “os carros batiam o diferencial na elevação da pista” (STROHSCHOEN, 2002, apud RITZEL, [201?]).

Numerosa documentação acerca dos detalhes técnicos de sua construção, e posteriores reparos que se fizeram necessários, encontra-se disponível junto aos acervos do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Juntamente com outras quatro pontes da região, ela foi tombada por sua importância histórica junto ao IPHAE em 2013.

No mesmo segmento, em termos de infraestrutura, em janeiro de 1859 Cachoeira do Sul recebeu finalizada a rampa de acesso ao Porto de Embarque e Desembarque da Vila Nova de São João da Cachoeira (Figura 9). A obra foi projetada pelo engenheiro Frederico Heydtmann e realizada pelo empreiteiro Fidêncio Pereira Fortes⁵, que na ocasião apresentou como fiador Antônio Pereira Fortes (SCHUH; CARLOS, 1991). A realização dessa obra foi de grande importância para melhorar e agilizar a ligação entre o interior do Rio Grande do Sul com Porto Alegre e, mais além, com o porto marítimo em Rio Grande, lembrando que as vias fluviais eram então, ainda, o principal meio de transporte.

Devido aos avanços no transporte, entre outros fatores políticos e econômicos, as hidrovias deixaram de ser importante meio de locomoção e atividade comercial no Rio Grande do Sul e, por isso, o antigo porto hoje serve apenas a pequenos pescadores locais ou esportistas náuticos durante o verão. Atualmente o local é conhecido pela população como Praia Velha, e seu calçamento original do século XIX encontra-se ainda preservado. Em 2018, o então prefeito municipal, Sérgio Ghignatti, divulgou sua intenção em solicitar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) o asfaltamento da rua Moron até o antigo porto, incluindo a área do calçamento original de 1859. Essa iniciativa foi

⁵ É possível que Fidêncio, devido ao sobrenome, guardasse algum parentesco com os Pereira Fortes que habitaram a Estância São José, da qual se fala mais adiante neste trabalho; no entanto, a suposição baseia-se apenas em conjecturas, uma vez que até agora não pôde ser comprovada através da documentação disponível.

prontamente rechaçada pelo COMPAHC e autoridades locais da área do patrimônio histórico, que felizmente lograram êxito. Ao ser interpelado pela imprensa local sobre a iniciativa polêmica, Ghignatti afirmou desconhecer o caráter histórico da região⁶.

Figura 9 — Rampa do antigo porto de Cachoeira do Sul, ao final da rua Moron, com seu calçamento original de 1859, obra que ajudou a colocar a cidade como importante rota para as fronteiras com Uruguai e Argentina



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2020

Por mais de um século esse local foi o único porto de Cachoeira do Sul, até que, em 1997, foi construída uma nova área para servir de porto à cidade, situada alguns quilômetros mais abaixo no rio Jacuí, ao lado da estrutura abandonada da antiga Charqueada e Estabelecimento do Paredão. No entanto, também esse porto encontra-se desativado.

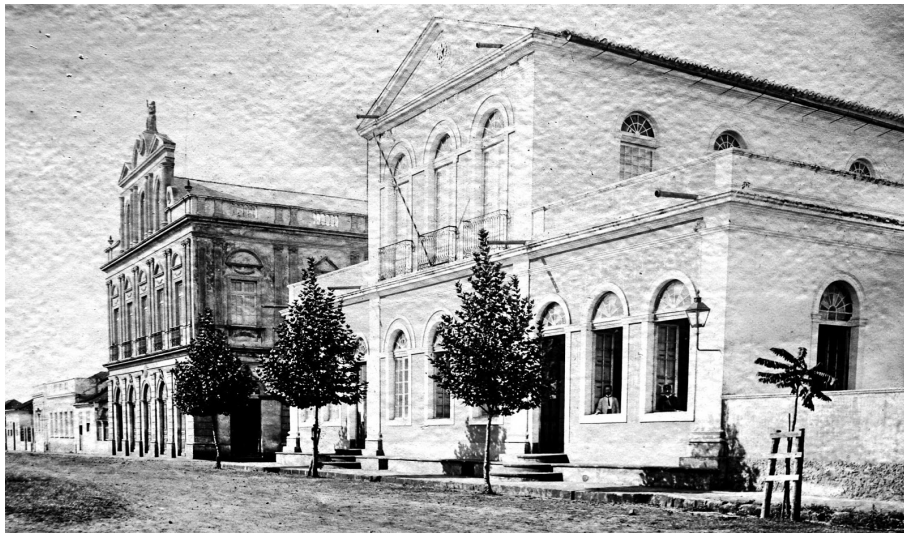
Poucos anos mais tarde iniciou-se a movimentação legal para erguer um edifício que abrigasse a Câmara Municipal e a cadeia civil da cidade, que desde sua fundação, em 1820, ocupavam prédios alugados (SCHUH; CARLOS, 1991). A construção foi concluída em 1865 e, em seus primeiros tempos, serviu como enfermaria e hospital para tratar doentes e feridos que retornavam da região da fronteira, por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870). Isso teria ocorrido por interferência do próprio imperador D. Pedro II, quando esteve de passagem pela vila durante o conflito que se desenrolava:

⁶ RÁDIO FANDANGO. COMPAHC é contra asfaltamento da rua Moron junto ao Rio Jacuí. Cachoeira do Sul, 13 de abril de 2018. Carlos Simonetti. Disponível em: <<http://www.radiofandango.com.br/2018/04/13/compahc-e-contra-asfaltamento-da-rua-moron-junto-ao-rio-jacui/>>. Acesso em: 04 jan 2020.

Tem aqui 26 doentes, repartidos por duas casas más, porém bem providas de tudo, leitos, colchões, cobertores, medicamentos, pratos de metal, talheres, etc. Além disso, a Câmara Municipal, por sugestão do imperador, cedeu generosamente as salas do seu paço, belo edificio inteiramente novo; os doentes serão transportados para este novo alojamento logo que um dia mais quente permita expô-los ao ar. (D'EU, 1865, p. 54) [gramática livremente adaptada pela autora]

Ritzel (2013) destaca que poucos exemplares de edificações destinadas a casa de câmara, júri e cadeia ainda restam atualmente preservados no Rio Grande do Sul, sendo ainda mais raros os que por tanto tempo abrigaram completa ou parcialmente órgãos públicos em suas funções originais para as quais foram erguidos — testemunhando a favor de sua importância histórica para o município e a região.

Figura 10 — A Casa de Câmara, Júri e Cadeia Civil (1865), em primeiro plano; e ao fundo o Teatro Municipal (1900), demolido na década de 1960



Fonte: Fototeca do Museu Municipal, [191?]

A antiga casa de câmara, júri e cadeia foi tombada pelo COMPAHC, em 1985, por ter reconhecido o seu inestimável valor histórico. O prédio permaneceu sendo utilizado para diferentes fins pela administração municipal até o ano de 2006, quando precisou ser interditado por não ter recebido as devidas manutenções ao longo do tempo e encontrar-se a sua estrutura em grave estado de deterioração. O prédio permaneceu então fechado por quase dez anos, entre 2006 e 2015, até que iniciasse seu processo de restauração, realizado graças a

um empréstimo de aproximadamente R\$ 2 milhões, contraído pela Prefeitura Municipal⁷, e que se concluiu em 2017 (Figura 11). Hoje é conhecido por Paço Municipal, e desde agosto de 2017 abriga o acervo do Museu Municipal.

Figura 11 — Paço Municipal, um dos prédios mais antigos e bem preservados de Cachoeira do Sul, em fotografia posterior à sua recente restauração, realizada em 2017



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2020

Já na segunda metade do século XIX chegaram a Cachoeira do Sul as primeiras famílias de imigrantes alemães, que se estabelecem em sua maioria nas regiões periféricas da cidade, e que deram novo fôlego à economia e ao crescimento demográfico locais. No ano de 1857 chegaram os primeiros imigrantes alemães, fixando-se ao norte da área urbana de Cachoeira do Sul em uma região chamada de Colônia de Santo Ângelo, em homenagem ao então presidente da província do Rio Grande do Sul, Ângelo Moniz Ferraz, que ordenou sua criação.

O primeiro grupo de imigrantes alemães, provenientes da região da Pomerânia, chegou à Colônia de Santo Ângelo em novembro de 1857. Partiram de Hamburgo, na Alemanha, viajando pelo Oceano Atlântico até Rio Grande e de lá até Porto Alegre, quando o vapor fluvial D. Pedro os conduziu, pelo rio Jacuí, até o porto colonial em Cerro Chato. (SCHUH; CARLOS, 2011, p. 40)

⁷ JORNAL DO POVO. Concluído o restauro do Paço Municipal. Cachoeira do Sul, 21 de março de 2017. Disponível em: <<https://pontedepedra.blogspot.com/2017/03/paco-municipal-concluido-o-restauro.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

Posteriormente, uma segunda e terceira levadas de imigrantes provenientes de diversas regiões da atual Alemanha chegaram à região da colônia, enfrentando as mazelas de uma infraestrutura inexistente, certo abandono por parte do Estado e outras dificuldades, pormenorizadas por William Werlang (1995).

Figura 12 — Aspecto da rua Júlio de Castilhos em cruzamento com a rua Juvêncio Soares, importante via comercial de Cachoeira do Sul do começo do século XX



Fonte: Acervo da família Tischler, 1915

Vários imigrantes alemães estabeleceram-se também na zona urbana de Cachoeira do Sul. Inicialmente, em fins do século XIX, de acordo com Schuh e Ritzel (1997, p.17), “a Rua Júlio de Castilhos, então Stoffel Pikade, concentrou as primeiras famílias alemãs que vieram residir em Cachoeira do Sul, fora da Colônia de Santo Ângelo”, onde também concentravam-se diversos armazéns comerciais (ver Figura 12). Mais tarde, já nas primeiras décadas do século XX, essas pessoas vieram a se agrupar em uma área que hoje é chamada de bairro Rio Branco.

Esse grupo constituiu uma Comunidade Evangélica de Confissão Luterana na cidade, no ano de 1893. A Comunidade organizou-se e, ao longo dos anos, graças a esforços conjuntos dos imigrantes e de seus descendentes, construiu uma casa paroquial (1917), que depois cedeu espaço ao primeiro Instituto Pré-Teológico do Rio Grande do Sul, e o Templo

Martim Lutero (1931), com arquitetura de inspiração gótica, edifícios tombados pelo COMPAHC desde a década de 1980.

Em 1867, pela primeira vez, um Pastor evangélico, visitou oficialmente a cidade de Cachoeira do Sul. O visitante era o Pastor de São Leopoldo, Dr. Hermann Borchardt, que, gentilmente, foi hospedado na casa do Diretor de Colonização, Barão Von Kahlden. A primeira reunião importante dos evangélicos realizou-se no dia 08 de junho de 1893, ocasião em que decidiram elaborar estatutos e criar uma Comunidade. Resolveram, também, adquirir uma casa, que servisse de Escola e de Capela. No dia doze do mesmo mês, uma comissão adquiriu, em nome da futura Comunidade, uma casa do senhor Antônio Neves por 2:750\$000, situada ao leste da Praça José Bonifácio. Mas a grande data da Comunidade recaiu no dia 03 de julho de 1893. (COMUNIDADE EVANGÉLICA MARTIM LUTERO, [2016?])

O decorrer dos anos fez crescer a Comunidade em Cachoeira do Sul e também arredores, conseqüentemente, aumentando a demanda por matrículas de alunos junto à escola. Assim sendo, em 1916, por iniciativa do pastor Hermann Dohms, iniciou-se a construção de um novo prédio para servir de casa paroquial, liberando espaço no antigo prédio para expansão da escola. A nova obra foi inaugurada em 1917 (Figura 13), e os dois lugares passaram a ser administrados e tocados por ele e sua esposa (ECKERT, 1994).

Figura 13 — Instituto Pré-Teológico, primeira instituição destinada ao preparo preliminar de futuros estudantes de Teologia no Rio Grande do Sul, inaugurado em 1917



Fonte: Fotografia de Antonia A'Costa Rodrigues, 2020

Também foi por iniciativa de Dohms que, em 1921, o prédio deixou de servir como casa paroquial e passou a abrigar o *Proseminar*, que era o Instituto Pré-Teológico e foi a “primeira Escola humanística do Rio Grande do Sul, aberta a todos os interessados, mesmo aos que, no futuro, não desejassem estudar teologia” (ECKERT, 1994, p. 41). Era uma instituição escolar de alto padrão na região, destinada a preparar meninos para posteriores estudos teológicos, que resultariam em novos pastores evangélicos.

Essa formação, até então, ocorria apenas na Alemanha - como ocorreu ao próprio Hermann Dohms (op. cit., p. 40). Alguns anos mais tarde, o *Proseminar* e seu idealizador transferiram-se para a sede do Sínodo luterano, em São Leopoldo. A escola, no entanto, continuou existindo nas dependências da Comunidade, e hoje o Colégio Barão do Rio Branco guarda alto prestígio junto à elite cachoeirense.

Figura 14 — Templo Martim Lutero, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, construído em estilo gótico, concluído em 1931



Fonte: Fotografia de Antonia A'Costa Rodrigues, 2020

Ao transferir-se para São Leopoldo, em 1927, Dohms lançou junto à Comunidade evangélica de Cachoeira do Sul uma ideia: a construção de uma igreja. Somava-se à ideia um saldo em caixa positivo, com cerca de 7 contos de réis. Durante os três anos seguintes houve intensa mobilização entre os membros da Comunidade, em especial de ricas famílias aristocráticas de ascendência germânica, já muito confortavelmente estabelecidas na cidade.

Sua pedra fundamental foi lançada em julho de 1930 e poucos meses mais tarde, em abril de 1931, a obra era entregue e inaugurada (Figura 14).

Segundo Eckert (1994), consta em registros da Comunidade que o custo total da obra totalizou 211:391\$600, tendo sido o mobiliário da igreja inteiramente doado por fiéis. Restou uma vultosa dívida a pagar, que levou anos para ser quitada. Não obstante, é interessante observar que os membros de tão pequena comunidade (160, quando do lançamento da pedra fundamental) deviam gozar de uma excelente condição financeira, que permitiu reunir tal quantia e realizar semelhante obra. Uma breve caminhada pelas ruas nos arredores do templo, hoje, observando as casas remanescentes do período — muito bem conservadas em sua maioria, aliás —, demonstra o peso econômico que esse grupo social possuía (e, quiçá, ainda possui) em Cachoeira do Sul.

O município recebeu também imigrantes italianos, sendo algumas famílias oriundas da Quarta Colônia Imperial - Silveira Martins, em 1877. Essas pessoas estabeleceram-se principalmente no distrito denominado Cortado; outras mudaram-se para a cidade e ajudaram a alavancar o comércio local (SCHUH; RITZEL, 1997). Esse grupo de pessoas vem contribuir para a formação étnica fortemente plural do povo cachoeirense:

Nesse sentido, Cachoeira pode ser entendida como uma região onde a presença do latifúndio pecuarista escravista e minifúndio policultor familiar não permitem uma simplificação rasa através da dicotomia: área de campanha ou área de imigração, pois ali, as duas paisagens se integram e se entrecruzam, compondo uma estrutura social diversificada, inclusive com a presença dos lavradores nacionais. (SÔNIGO, 2011, p. 34).

A chegada das diferentes levas de imigrantes alemães e italianos contribuiu para impulsionar o desenvolvimento econômico em Cachoeira do Sul, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX. Estabeleceram-se na região principalmente como pequenos produtores de subsistência, mas havia também diversos profissionais liberais vivendo na área urbana e prósperos agricultores que, com o passar dos anos, ajudaram a transformar a cidade em um importante polo orizícola do Rio Grande do Sul, conforme Schuh e Ritzel (1997).

Além do povoamento de áreas “vazias” e/ou vulneráveis da Província, o governo imperial também pretendia, ao promover e incentivar a maciça imigração europeia para terras

brasileiras, substituir gradativamente a mão-de-obra negra que, a partir de 1850, ficou oficialmente proibida de ingressar no Brasil.

2.3 OS NEGROS NA FORMAÇÃO DE CACHOEIRA DO SUL

Desde os primórdios da dominação portuguesa sobre terras brasileiras, a mão-de-obra utilizada na exploração de atividades econômicas e manutenção do modo de produção era a escrava. Inicialmente dos grupos autóctones; a partir do século XVII, já quase que inteiramente de pessoas negras trazidas à força de diversas partes da África. Bakos (2018) lembra que cerca de dez milhões de seres humanos foram sequestrados e destes, 40% chegaram a ser comercializados como escravos no Brasil durante os quase 400 anos que aqui perdurou a política escravista. A partir de meados do século XVIII, quando efetivamente iniciou a ocupação das terras do atual Rio Grande do Sul pelo reino de Portugal, a situação não foi diferente do restante do país.

Deve-se salientar que a Província Rio-Grandense, embora não tenha baseado sua economia na monocultura, fundada no escravagismo — como as províncias açucareiras e cafeicultoras —, também necessitou, ao longo de sua história, de grandes contingentes de mão de obra escrava. Em certos momentos de sua história, a Província contava com um número elevado de escravos, que representavam cerca de um terço de sua população total, espalhados em atividades diversas, no campo e na cidade. (BAKOS, 2018)

No entanto, durante boa parte do século XX houve uma predominância na historiografia sul-rio-grandense de relativizar a participação dos negros na formação econômica e social da história gaúcha. Assumpção afirma:

Presentes no território gaúcho desde a sua fundação pelos portugueses, os trabalhadores negros escravizados foram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e cultural da antiga Província de São Pedro. Fato este que contraria parte da historiografia, que por muito tempo sonou ou menosprezou sua participação na formação social sul-rio-grandense, principalmente nas lidas campeiras. (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 25)

Sonegar, menosprezar, distorcer e esquecer a memória escravista da formação do Rio Grande do Sul, contudo, são posturas que felizmente já não se sustentam nas correntes

historiográficas mais atuais, haja vista a abundância de fontes documentais e pesquisas recentes as quais comprovam fatos que vão na contramão dessa historiografia negacionista do gaúcho negro:

No Rio Grande do Sul, ocorreu tentativa historiográfica de negar o passado escravista que dominou os campos e as cidades do Planalto, do Pampa, da Depressão Central e do Litoral, sobretudo durante o século 19. Destaca-se que a província sulina manteve-se ao longo de grande parte daquele século no *ranking* das seis maiores províncias escravistas do Brasil, chegando a possuir 98.450 trabalhadores escravizados, em 1874, quando a escravidão já retrocedia em boa parte do Brasil. (DARONCO, 2005, p. 1)

É certo que, ao longo dos séculos de evolução de Cachoeira do Sul enquanto município, para essa região foi levado um número significativo de pessoas negras escravizadas — ainda que não haja destaque a esse fato em várias obras que tratam sobre a história local. Abundante documentação preservada junto a diferentes acervos expressam a relevância desse dado histórico na formação do povo cachoeirense, bem como diversos autores já destacaram ou enfatizaram essa questão em seus estudos:

Em 1780, a população de Cachoeira era composta de 662 indivíduos, sendo 237 pretos (35,8%), 383 indígenas (57,8%) e apenas 42 brancos (6,4%). Em 1814, os indivíduos escravizados chegavam a 31,9% dos habitantes locais. Em 1859, chegavam a 31,5%, e os libertos, a 1,8%. (MOREIRA et al, 2016, p. 11)

Os dados demográficos de 1814 colocam Cachoeira do Sul como região que possuía o maior contingente de homens e mulheres negros escravizados no Rio Grande do Sul nessa época - à frente até mesmo do pólo charqueador de Pelotas e da capital, Porto Alegre. Bakos (2018) compilou informações de diversos autores em uma tabela que mostra a evolução da população cativa no Rio Grande do Sul em diferentes municípios, da qual extraíram-se as informações relativas a Cachoeira do Sul que vão abaixo:

Tabela 1 — Evolução da População Escravizada em Cachoeira do Sul

Ano	1780	1814	1859	1884	1885	1887
Número de cativos	237	2.622	3.397	1.403	658	464

Fonte: Adaptado de BAKOS, 2018.

Todos esses dados expressivos, no entanto, não se traduzem em referências e registros bibliográficos a respeito da presença e do papel das pessoas negras na formação de Cachoeira do Sul; fatos esses que permanecem, de certa forma, à margem da história do município. Ainda que venha crescendo o interesse e as pesquisas relacionadas a esse tema (seja a nível de país, estado ou município), isso não se converte em iniciativas que vão além dos muros da Academia, levando o conhecimento à comunidade sobre cuja história os pesquisadores se debruçam. Por conseguinte, suas contribuições à história, cachoeirense neste caso, muitas vezes passam despercebidas ou invisibilizadas até mesmo, e principalmente, para os próprios habitantes da cidade.

A historiografia tradicional sul-rio-grandense das primeiras décadas do século XX, segundo Bakos (2018), Daronco (2005), Assumpção (2007), Maestri (2014) e diversos outros autores, encarregou-se de distorcer o passado escravagista da região através da criação e disseminação de falácias como a de que o escravo era companheiro do seu senhor. Ao mesmo tempo, buscavam “embranquecer” a formação histórica local através do enraizamento na colonização europeia, da segunda metade do século XIX, na cultura gaúcha:

De modo geral no Rio Grande do Sul, até recentemente, prevaleceu o que poderíamos chamar de mito da democracia pastoril e racial, onde o trabalhador escravizado nas raras vezes que era reconhecido como personagem histórico, era transformado em um fiel companheiro de seu *senhor*, vivendo relações de amizade e camaradagem com seu escravizador. Além disso, essa corrente historiográfica não reconhece a importante participação do trabalhador escravizado nos diversos setores da economia rio-grandense [...]. (DARONCO, op. cit., p. 3-4)

Cachoeira do Sul, sem dúvidas, não se distanciou dessa tendência ao embranquecimento histórico. Prova disso são os silêncios relativos à participação dessa fatia da população na literatura que se propõe a narrar a construção histórica do município. Em contrapartida, é possível encontrar diversas referências ao município no tocante a questões

ligadas ao regime escravocrata em trabalhos acadêmicos das últimas décadas, como algumas já citadas ao longo deste texto. Ainda assim, a exploração da figura do povo negro (e não apenas do escravo) enquanto personagem histórico de Cachoeira do Sul mostra-se ainda bastante incipiente.

Quando se trata de abordar o patrimônio histórico de herança negra em Cachoeira do Sul, surgem ainda mais desafios. Isso porque, tradicionalmente, a população de origem africana é associada ao patrimônio imaterial que emprestou à formação cultural do povo brasileiro, como religiões, danças, músicas, culinária, costumes em geral, etc.

Não cabe e não se pretende, neste espaço, levantar questionamentos acerca da importância do patrimônio imaterial, que felizmente já restou provada como fonte histórica inestimável graças à historiografia mais recente. Não obstante, considera-se que tais memórias também não representam o mesmo impacto da presença imponente e inexorável do passado na paisagem local, imposto por edificações e monumentos, preservados ou em ruínas, que dão seus testemunhos perenes da passagem da sociedade humana através de outras épocas e vivências ocorridas naquele mesmo espaço.

Não existiu, por essas bandas, uma preocupação em preservar edifícios, monumentos, construções, enfim, elementos constitutivos da paisagem urbana que representassem a memória das mulheres e dos homens negros que foram trazidos aos milhares para o continente americano, que aqui viveram, trabalharam e constituíram sua descendência. Quando existem, essas construções via de regra remetem ao passado da situação de escravização dessas pessoas, e não às suas características culturais, religiosas ou econômicas enquanto grupo social, por exemplo. São patrimônios de outros grupos e que, indiretamente, estão associados aos africanos escravizados e seus descendentes.

2.4 HERANÇAS DA ESCRAVIDÃO

Com relação ao patrimônio histórico edificado remanescente do período escravocrata de Cachoeira do Sul, dois sítios históricos parecem sobressair dentre o numeroso conjunto arquitetônico que compõe a história local: a Estância São José e a Charqueada do Paredão. Ambos, certamente, não podem ou devem ser considerados patrimônio histórico dos negros que viveram em Cachoeira do Sul. No entanto, haja vista a carência de outras fontes, optou-se

neste trabalho por explorar a relevância histórica destes dois espaços no contexto da presença negra na formação do município.

2.4.1 Fazenda da Tafona

Como mencionado anteriormente, entre os primeiros ocupantes da região estavam casais provenientes das Ilhas dos Açores, trazidos pela Coroa portuguesa especialmente para povoar, proteger e trabalhar nas terras da região sul do Brasil que, como já descrito, não tinham suas delimitações muito bem marcadas por essa época.

Um destes açorianos, possivelmente dentre os primeiros a chegar à região de Cachoeira do Sul, foi João Pereira Teixeira d'Águeda, cujo nome também surge nas documentações como João Pereira Fortes, nascido na Ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores. Ele recebeu uma extensa porção de terra situada à margem esquerda do rio Jacuí, ocupando algumas áreas que hoje constituem os municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo (JUNGES et al, 2017).

João Pereira Fortes casou-se em Rio Pardo, em 1755⁸, com Eugenia Rosa Ribeiro, também açoriana, da Ilha Terceira, e estabeleceu-se na região de Cachoeira do Sul. Ele associou-se a Mateus Simões Pires em 1773, sendo que consta em contrato lavrado junto ao Cartório do Tabelião Domingos Martins Pereira, em Porto Alegre. Neste documento, os sócios declararam ocupar conjuntamente duas estâncias, onde possuíam em comum animais, escravos e uma atafona (conforme Livro IV do Segundo Notário de Porto Alegre, APERS, apud SCOTT; PETIZ, 2012).

A Fortes também foi concedida uma sesmaria régia entre os rios Piquiri e Guahiba (hoje Jacuí), em abril de 1794, conforme registros documentais constantes nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (apud JUNGES et al, 2017). Neste local, fundou a Estância da Boa Vista.

Acredita-se que a referida atafona seja a mesma que encontra-se até a atualidade na propriedade chamada Estância São José, popularmente conhecida como Fazenda da Tafona (ver Figuras 15, 16 e 17). É possível, portanto, conjecturar que o conjunto do maquinário da

⁸ Essa data mostra-se controversa, uma vez que enquanto alguns documentos trazem o ano de 1755, outros sugerem que a união ocorreu em 1756.

atafona, ainda preservado na fazenda, remonte à época em que firmou-se a sociedade entre Fortes e Pires, em 1773.

Figura 15 — Fachada revitalizada da casa-sede da Fazenda da Tafona, antiga estância de uma das primeiras famílias a povoar Cachoeira do Sul. Sua construção remonta a cerca de 1813



Fonte: Fotografia de Marô Silva, 2019

Sua atual proprietária, a jornalista Maria Irtília Vieira da Cunha e Silva — também conhecida por Marô —, crê que a construção da casa-sede tenha ocorrido por volta de 1813 — ainda que, provavelmente, a moenda de farinha de mandioca na atafona já ocorresse desde muito antes, conforme indícios documentais. Em função das sucessivas divisões da propriedade entre herdeiros e de outros fatores intrínsecos à ocupação do imóvel por várias gerações da família Vieira da Cunha, restou preservada apenas a edificação principal da estância (ver Figura 15) e a atafona que lhe rendeu a alcunha (ver Figura 16).

Não obstante a proprietária ter relatado haverem sido encontrados possíveis indícios de ocupação indígena na região (SILVA, 2019), bem como prováveis senzalas ou quaisquer outros espaços ocupados pela relevante escravaria da família, empregados em diversas tarefas como na criação de animais, em trabalhos domésticos e na produção de farinha de mandioca, além de outros cultivos menores; nenhuma destas construções sobreviveu ao transcorrer das décadas até chegar aos dias atuais.

Na propriedade de João Pereira Fortes, além da criação de gado, teve destaque, em determinado período, a produção de farinha de mandioca, alimento comercializado

tanto interna como externamente. Para a produção da farinha eram construídas atafonas engenhos instalados, habitualmente, em galpões próximos à casa-sede, como no caso da Fazenda São Jose. [...] A produção, assim como os outros trabalhos da estância, era baseada na mão de obra escrava. (ZAMIN, 2016)

Figura 16 — Galpão e maquinários da Atafona, utilizados na produção de farinha de mandioca, possivelmente desde fins do século XVIII e início do século XIX, na Estância São José, hoje Fazenda da Tafona



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2019

Silva preserva no interior da casa-sede da antiga estância importante acervo de objetos e documentos históricos que dizem respeito às várias gerações da família que ocuparam o imóvel ao longo dos séculos (ver Figura 17), assim como busca manter inalteradas, tanto quanto possível, as características originais da edificação.

Por não disporem de recursos próprios no volume necessário para a restauração e conservação do local, primeiramente sua mãe Gemina⁹, nos anos 1990, e mais atualmente Maria Irtília e esposo, trataram de criar uma infraestrutura no local que o tornasse atrativo enquanto ponto turístico da cidade. A ideia seria de que o espaço se tornasse autossuficiente, de forma que as receitas obtidas revertessem em cuidados e melhorias para com a propriedade.

⁹ Falecida em 2014.

Figura 17 — Sala de visitas da casa-sede da Fazenda da Tafona, cômodo da habitação que permanece menos alterado em seus elementos originais do século XIX



Fonte: Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2019

Ainda mirando a preservação, a família buscou e obteve, em 2001, a inserção da fazenda como Casa de Memória no Sistema Estadual de Museus, bem como o tombamento conjunto da casa-sede e da atafona enquanto reconhecido patrimônio histórico e cultural de Cachoeira do Sul, em 2012, junto ao COMPAHC e ao IPHAE.

Em outubro de 2013 foi fundada a Associação de Amigos da Fazenda da Tafona - Casa de Memória, também dedicada ao cuidado, manutenção e difusão da memória do patrimônio histórico do espaço. A entidade atualmente faz uso de diferentes meios eletrônicos e redes sociais para alcançar tal intento e atingir o maior público possível¹⁰. Trata-se de atitude rara e louvável de seus proprietários para com a preservação da história de Cachoeira do Sul.

¹⁰ Blog da Associação: disponível em <<https://fazendadatafona.wordpress.com>>; Perfil no Instagram: disponível em <<https://www.instagram.com/fazendadatafona/>>; Página no Facebook: disponível em <<https://www.facebook.com/fazendadatafona/>>. Acessos em: 30 dez. 2019.

2.4.2 Charqueada do Paredão

Ao contrário da maioria dos outros pontos de interesse histórico aqui já mencionados, a existência da Charqueada do Paredão encerra muitas questões ainda não solucionadas, e não dispõe de abundante documentação que forneça subsídios para lhe recriar a trajetória. O próprio ano de construção ou de início de suas atividades já é, por si só, controverso, e os autores pesquisados divergem nesse ponto. Neste trabalho, adotou-se a perspectiva de Marques (1992) e Porto (1996), considerando para o início das atividades da Charqueada a data de 1878.

Sabe-se que a empresa foi estabelecida em Cachoeira do Sul por um homem de origem germânica de nome Jorge Claussen¹¹, contando com um capital inicial de mil libras esterlinas (PORTO, 1996), e que a mão de obra da charqueada era escrava até 1884¹², e ex-escrava a partir de então. Pode-se inferir, a julgar pelo plantel de cativos, que tratava-se de família abastada. Porto (1996, p. 218) não economiza nos elogios a Claussen, colocando-o como “um dos homens que mais contribuiu para o progresso industrial da Província”.

Não obstante que as 58 cartas de alforria condicionada encontradas sob propriedade de Claussen (Rio Grande do Sul, 2006) contenham todas as mesmas datas, qual seja, 23/08/1884, 30 delas foram redigidas em nome da pessoa de João Jorge Claussen e outras 28 em nome da empresa Viúva Claussen & Cia. No entanto, ainda não foi possível estabelecer em que momento a empresa passou a funcionar sob a tutela de Viúva Claussen & Cia — se desde o princípio, em sua fundação (MARQUES, 1992) ou posteriormente, com o falecimento do patriarca (PORTO, 1996). O prenome da viúva não aparece em referências, como era o costume na época em situações que o marido falecia e a empresa seguia administrada pela esposa e/ou seus descendentes.

Também é possível entender, graças a indícios documentais¹³, que os escravos (e, depois, ex-escravos) residiam junto à Charqueada do Paredão. Cabe aqui ressaltar que a

¹¹ É possível que o nome, de origem germânica, tenha sido aporuguesado. Eckert (1994, p. 20) menciona um certo “Geog Klausen” como um dos membros fundadores da Comunidade Evangélica Martim Lutero, em 1893 — que poderia ser um descendente do primeiro Jorge Claussen, fundador da Charqueada, ou o próprio. Além disso, Oliveira e Santos (2013) referem-se a Jorge Claussen como “imigrante alemão”.

¹² Em 1884 João Jorge Claussen e Viúva Claussen & Cia concederam cartas de alforria a 58 escravos, datadas todas de 23/08/1884, sob condição de que continuassem a prestar serviço por tempo determinado, que podia chegar a 7 anos. De aí em diante, os ex-cativos passam a ser “contratados” da empresa.

¹³ Em processo crime ocorrido em 1887, analisado por Oliveira e Santos (2013), consta que um ex-escravo, vítima de tentativa de homicídio, residia na Charqueada.

indústria localizava-se a mais de sete quilômetros da gare da estação férrea, em região que encontra-se bastante afastada do centro da cidade — ademais, separada do restante da zona urbana pelo Arroio Amorim. Isso faz pensar que deve ter surgido algum comércio e, talvez, pequena vila de moradores nas proximidades da região, hoje conhecida como Prado.

Figura 18 — Registro de charqueadores negros no Paredão, do começo do século XX



Fonte: Fototeca do Museu Municipal, [1910?]

Ao analisarem processos-crime envolvendo escravos e ex-escravos em Cachoeira do Sul no final do século XIX, Oliveira e Santos (2013, p. 192) identificaram interessante informação nesse sentido: “Outro aspecto importante que identificamos neste caso foi a presença de um hotel na Charqueada, provavelmente utilizado para aqueles negociantes que vinham a região vender seu gado ou comprar o charque”. A julgar pelos documentos analisados pelos autores, depreende-se que o hotel tenha pertencido ao imigrante Emilio Stablitz¹⁴, natural da Alemanha e residente na Charqueada há cinco anos (OLIVEIRA; SANTOS, 2013, p. 185-186).

¹⁴ É possível que também este nome esteja grafado de forma incorreta ou diversa do original, uma vez que as cartas de alforria condicionada que foram concedidas aos escravos de João Jorge Claussen em 1884 vão assinadas, como testemunha, por um “Emil Schlabitz”.

Figura 19 — Imediações da Charqueada do Paredão (ao fundo, com chaminé) e uma incipiente comunidade nas redondezas, retratada em cartão-postal, possivelmente dos primeiros anos dos 1900



Fonte: Fototeca do Museu Municipal

Nesse mesmo ano, 1887, a charqueada passou às mãos da recém-fundada empresa britânica *Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Limited*, que manteve seu funcionamento até 1921 (ver Figura 20). Possivelmente, durante esse interregno, os ingleses devem ter disposto de ao menos parte da mão de obra já existente na charqueada, visto que as alforrias eram condicionadas a determinado tempo de serviço, como já foi mencionado.

É interessante pontuar que, entre a documentação existente no acervo do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, encontrou-se a transcrição de um documento onde o gerente e representante da empresa britânica solicitava ao Conselho Municipal a supressão de um imposto de 20 réis cobrado sobre cada quilo das conservas que a indústria exportava, justificado em razão de um mau momento financeiro da empresa. O documento data de 17 de dezembro de 1896, e seu signatário é ninguém menos do que Jorge Claussen.

Outros documentos corroboram com a hipótese da difícil situação financeira do estabelecimento. Frederic Halsey, agente especial do Departamento de Comércio do governo dos Estados Unidos, considerava que essa empresa era a maior companhia do Reino Unido na indústria de carne brasileira (THE UNITED STATES OF AMERICA, 1918, p.204), embora

afirmasse que a distribuição de dividendos dos últimos anos estivesse ocorrendo de forma irregular¹⁵¹⁶.

Figura 20 — Vista da Charqueada do Paredão, principal estabelecimento industrial de Cachoeira do Sul, tomada da margem direita do rio Jacuí em 1910



Fonte: Fototeca do Museu Municipal

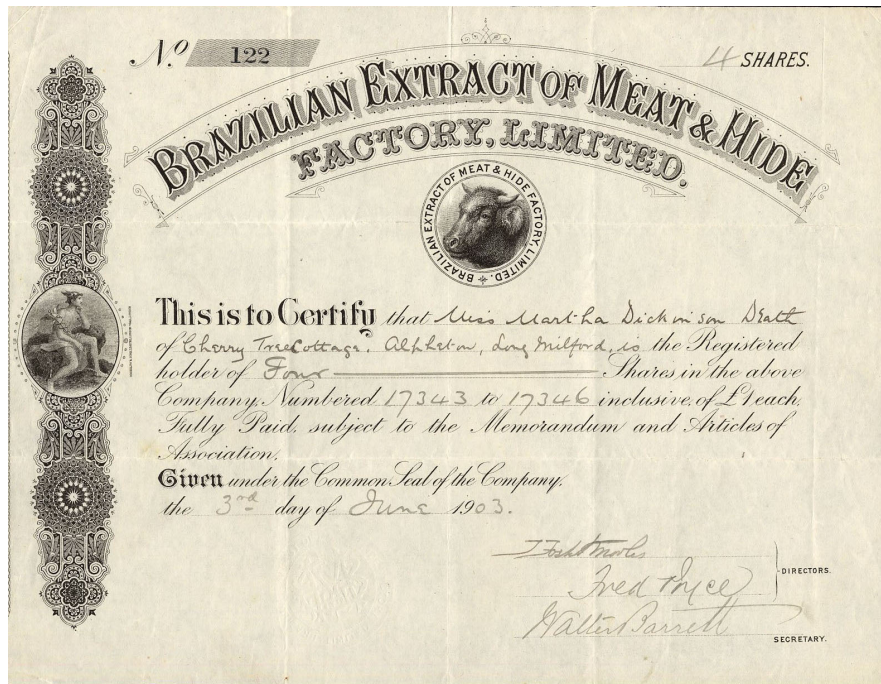
Seja como for, em 1916, o Estabelecimento Paredão constituía importante fonte de entrada de riquezas no município, conforme atesta um relatório apresentado no ano seguinte por Emiliano Antonio Carpes ao intendente municipal, o capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama. Tão grande era considerado seu peso econômico pelas autoridades que, segundo esse documento, desde há tempos¹⁷ que a administração municipal vinha isentando o Estabelecimento do pagamento de impostos, “num gesto altruístico de proteção a essa indústria” (CARPES, 1917, p. 146) [grafia livremente adaptada pela autora]. Por essa época, a empresa produzia não apenas charque, como também gorduras, conservas, chifres, extrato, graxa, cinza de ossos e couros.

¹⁵ Informações que para outras pesquisas possam ser relevantes também estão disponíveis no mesmo documento, como: dados financeiros da empresa nos anos 1916 e 1917; o fato de que a empresa detinha “também outras concessões” (p. 503) no Brasil, infelizmente sem especificá-las; bem como os nomes de seus diretores à época, a saber: John Beckwith, John Mackenzie, Joseph Edward Roura; secretário S. L. Clarke; endereço do escritório: 3 Great Winchester St., London, E. C.

¹⁶ Tal irregularidade pode ter relação com o período em que ocorreu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

¹⁷ O documento não especifica uma data, mas considere-se que foi redigido em 1917, que apresenta dados econômicos dos produtos exportados pelo Estabelecimento desde 1909 e que houve a solicitação pela extinção de impostos em 1896, como já mencionado.

Figura 21 — Certificado de cotas de capital da empresa Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Ltd., empresa inglesa estabelecida em Cachoeira do Sul, datado de 1903



Fonte: Scripoworld.com

A partir de 1921, o Estabelecimento do Paredão passou ao controle de uma companhia brasileira (INTERNATIONAL STOCK EXCHANGE, 1990, p. 69), de nome Balthazar de Bem & Cia (SCHUH; RITZEL, 1997), sendo da qual o próprio Dr. Balthazar de Bem sócio majoritário, presidente da sociedade e diretor da empresa. No ano seguinte, após modernizações nas dependências da fábrica, lançam o Alimento Fabini (ver Figura 22), um produto alimentício elaborado com extrato de carne e glúten de cereais, em forma de granulado, vendido em latas.

Balthazar de Bem faleceu em 1924, e no ano seguinte já circula em jornal um anúncio de venda do estabelecimento industrial (O COMMERCIO, 1925), incluindo terras, construções e maquinários, contando com um ramal da via férrea, encanamento hidráulico, luz elétrica e linha telefônica.

Através de documentos do acervo do Arquivo Histórico, foi possível saber que em 1930 a Charqueada do Paredão encontrava-se sob administração de firma denominada Osório & Terra. Schuh e Ritzel (1997) situam o encerramento definitivo das atividades no Paredão na década de 1930.

Figura 22 — Envelope da Charqueada e Estabelecimento Paredão divulgando seu novo produto, o Alimento Fabini, em Cachoeira do Sul, com data de 1923



Fonte: Acervo do Museu Municipal

Atualmente, toda a área da antiga Charqueada, assim como o novo porto construído há poucas décadas, pertence à União, sob responsabilidade da Superintendência do Porto de Rio Grande. Apesar da importante contribuição que seu funcionamento forneceu para o desenvolvimento, formação e história do município, o conjunto do Paredão não é hoje oficialmente reconhecido como patrimônio histórico pelas autoridades de Cachoeira do Sul.

Figura 23 — Aspecto atual do edifício principal e mais antigo da Charqueada do Paredão



Fonte: Fotografia de Antonia A'Costa Rodrigues, 2020

Além do estado de abandono do complexo do Paredão em si, o acesso a esse sítio histórico também é tortuoso. Como já aludido, localiza-se a cerca de sete quilômetros da região central do núcleo urbano, dos quais existe um trecho de aproximadamente três quilômetros a serem percorridos por estradas sem calçamento e sem placas indicativas para se chegar ao prédio principal (Figura 23).

Como se viu, muito ainda precisa ser feito no sentido de visibilizar e sensibilizar a comunidade e o poder público para o riquíssimo patrimônio histórico cachoeirense, que pode proporcionar, além de experiências extraordinárias no âmbito da educação, uma considerável fonte de receitas ao município, ao aproveitar o potencial turístico de suas paragens.

3 PATRIMÔNIO E ENSINO DE HISTÓRIA

No capítulo anterior abordou-se os bens culturais do município de Cachoeira do Sul com os quais pretende-se viabilizar o ensino da história da cidade. Essa perspectiva encontra respaldo em alguns autores como Carmem Gil e Zita Possamai (2014), quando destacam que as noções de patrimônio e museu encontram-se entrelaçadas desde seus primórdios, quando da formação dos primeiros Estados Nacionais, entre os séculos XVIII e XIX. Para elas, no contexto moderno, esses conceitos estão imbuídos de papéis educacional e cultural - que investe de poder patrimônio e museu para “narrar o passado e a memória que dá sustentação à nação” (GIL; POSSAMAI, 2014, p. 15). São, para elas, elementos simbólicos com um papel a cumprir:

(...) precisam ser vistos como dispositivos de criação e invenção de representações, narrativas, imagens sobre o passado e a memória, consubstanciados num extenso rol de práticas consolidadas no âmbito do Estado por seus agentes e que se materializarão nos séculos seguintes [ou seja, atualmente] como políticas públicas. (GIL; POSSAMAI, 2014, p. 15).

No Brasil, a preocupação em criar políticas públicas de salvaguarda do patrimônio nacional inicia com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. Desde então, o órgão se dedica a proteger, preservar e promover ações de valorização do patrimônio histórico brasileiro, sendo um dos precursores no desenvolvimento da educação patrimonial no Brasil. Seu primeiro dirigente, Rodrigo Melo Franco de Andrade, já declarava que somente através da educação popular seria possível salvaguardar permanentemente o patrimônio artístico e histórico brasileiros (IPHAN, 2014, p. 6). Mais de 80 anos depois, esse pensamento continua atual, e essa premissa básica ajudou a nortear este trabalho.

Mas por que inserir o patrimônio histórico no ensino de História? Alöis Riegl (2014) formulou o seguinte enunciado:

De acordo com os conceitos modernos, toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficaram testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção, a ter um valor histórico, ou seja, todo acontecimento histórico assevera-se como insubstituível. (RIEGL, 2014, p. 32).

Riegl afirmava que o valor histórico de um monumento é o resultado de sua representação enquanto passagem evolutiva da humanidade. Já em 1903, quando escreveu o texto, o autor sublinhava a importância de zelar pela manutenção dos monumentos em função de seu caráter e importância históricos.

A busca em se preservar “lugares de memória” em nossa sociedade vem, segundo Pierre Nora (1993), do fato de que a memória não existe mais; caso existisse, desnecessário seria consagrar-lhe lugares. Para ele, esses lugares de memória “(...) são, antes de tudo, restos. (...) Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade” (NORA, 1993, p. 13).

Para o autor, a preocupação em se preservar a memória decorre de dois fatores: de um lado, o sentimento de que ela está a desaparecer rápida e definitivamente; de outro, a necessidade de significar o presente, aliada a um futuro incerto. Essa combinação, segundo ele, faria com que se desse “ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável” (NORA, 1993, p. 14). Para ele, “lugares de memória”:

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...) Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

Sendo assim, quaisquer objetos de uso mais corriqueiro, ou “o mais modesto dos vestígios” pode ser considerado para a construção da memória, a depender do significado que um indivíduo lhe atribui. Com base nessa perspectiva historiográfica, neste trabalho adotou-se o pressuposto de que esses espaços que o autor chama de “lugares de memória” tornam presente a ausência de um passado localizado em determinado espaço-tempo que já desapareceu. Cabe à história, ciência do presente, tornar significativos os seus discursos.

Percebe-se, hoje, certo distanciamento dos estudantes de ensino fundamental com relação à disciplina de História e aos saberes a ela associados¹⁸. O ensino da história local foi escolhido por entender-se que o mesmo se presta à aproximação entre o conhecimento histórico formal e a realidade em que os estudantes se inserem. Segundo Joaquim dos Santos (2002, p. 111):

Tal perspectiva permite que os alunos de uma determinada escola compreendam, apalpando, diferentes aspectos da história do Brasil e de suas relações com o mundo, ao terem como referência o espaço e a história do lugar onde vivem. Leva-os a entender, no sentido inverso, que a história mundial, nacional e regional chega ao seu bairro, à sua rua, à sua sala de aula, articulada entre si e explicando muito do cotidiano dos que ali viveram no passado, ou o que eles próprios (os alunos) vivem na atualidade.

Em contraponto a uma sociedade cada vez mais globalizada, Bourdin (2001, p. 29) defende: “O local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”. Esses são conceitos que ajudam a fortalecer as relações entre os integrantes de um determinado grupo social, de maneira que obtenham conquistas que lhes são importantes, de acordo com seus valores. São também ideias presentes nas construções realizadas em ambientes escolares, formadoras dos cidadãos. Castells (1997 apud BOURDIN, 2001, p. 43) afirma:

As comunidades locais, construídas na ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, são fontes específicas de identidade. Mas essas identidades, na maior parte dos casos, são reações de defesa contra a imposição da desordem global, da mudança rápida e inevitável.

Bourdin (2001, p. 49) considera ainda a conceituação de patrimônio para a elaboração do *local*, quando escreve que “Além disso, vivemos na era em que tudo é patrimônio: todos os domínios do meio ambiente e da atividade humana estão englobados, e todo objeto é ‘elegível’ enquanto for possível lhe associar qualquer critério de autenticidade”. O autor

¹⁸ Sobre esse assunto, sugere-se a leitura de CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo* [online]. 2006, vol.11, n.21, p.17-32. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042006000200003>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

afirma que os conceitos de patrimônio, território e local estão intrinsecamente relacionados, na medida em que entende que o local é constituído por seu patrimônio. Esta pesquisa pretende contribuir para o ensino de história a partir da relação entre a cidade de Cachoeira do Sul, sua sociedade e seu patrimônio histórico — em particular, o edificado.

3.1 SUSCITANDO QUESTÕES ATRAVÉS DA AUSÊNCIA

A historiografia que se desenvolvia tradicionalmente no Brasil até meados dos anos 1980 privilegiava uma concepção positivista de história, que salvaguardava apenas os feitos dos ditos heróis nacionais e, conseqüentemente, seus legados patrimoniais. Isso se reflete ainda hoje na forma como se popularizou o conceito de patrimônio:

Elegemos, no decorrer da história, os bens culturais representativos dos segmentos dominantes, sobretudo os ligados ao elemento de origem europeia, e relegamos ao esquecimento a contribuição de outros segmentos étnicos na formação da cultura brasileira. (SANTOS, 1986 apud ORIA, 2004, p. 135).

Apenas nas últimas quatro décadas é que se observa a ampliação e o aprofundamento de movimentos no sentido de recuperar e trazer à tona as histórias e memórias de grupos antes considerados pela elite brasileira como de menor ou nenhuma importância, como indígenas, afro-brasileiros, trabalhadores, mulheres, crianças e muitos outros sujeitos históricos que por muito tempo foram, e ainda são, relegados a segundo plano no panorama sociocultural brasileiro.

Da mesma forma como o patrimônio edificado testemunha tempos de outrora, a ausência dele, seja por sua destruição ou invisibilização social, também carrega significados múltiplos. Levantam-se questionamentos como: por que este prédio está conservado e aquele outro não?; A quem interessa esta preservação (ou destruição)?; Enquanto contamos esta história, que outras estão sendo omitidas?; Por que razão são omitidas?; São apenas algumas das muitas dúvidas que contribuíram para a escolha do recorte temático e temporal deste trabalho.

Esse pensamento apoia-se na questão das disputas de poder inerentes ao trabalho que envolve o patrimônio e a própria história. Não é possível falar em patrimônio, e

consequentemente em sua preservação ou destruição, sem que se considere a questão de memória e seu par semântico, o esquecimento, bem como o interesse de grupos sociais ou do próprio Estado. A construção da memória é sabidamente um campo de disputa de poder, em que existe um grupo dominante, vencedor, que faz perpetuar sua versão da história — seja pela força, seja pela educação —, e um grupo dominado, muitas vezes condenado à obscuridade:

Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Nesse sentido, os grupos dominantes vencedores na História tentam impor a sua versão e a perpetuação de uma memória de dominação. Aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da História e da política preservacionista. (ORÍÁ, 2004, p. 136).

O cuidadoso esquecimento e quiçá apagamento da memória que não seja branca, masculina e elitizada, como se vê, é absolutamente intencional, pensado e meticulosamente elaborado. Para que haja uma elite investida de poder (político, econômico), é preciso haver uma grande camada social subalterna ignorante de sua própria memória e de sua relevância histórica — seja no passado, seja no presente. De outra forma, esses indivíduos poderiam considerar-se dignos de valorização social, incorrendo-se no risco de subversão do estado de coisas elitista e dicotômico vigente no país desde a invasão de suas terras pelos europeus.

Nora (1993, p. 9) preocupou-se em fazer distinção para que não deixe dúvidas: “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”. Nesse sentido, os rastros deixados por aqueles que viveram antes de nós, ou a ausência deles, são indicativos seguros da direção que a História, ciência do presente, precisa seguir.

Ricoeur admite que a pretensão de veracidade acerca do passado com que se reveste a memória pode ser questionada; “mas não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela” (2003, p. 2-3). Ora, ainda que tradicionalmente a história venha a destruir a memória, no sentido de que a desmente, desnuda, desmistifica, mesmo assim ela desempenha papel importante na construção das identidades dos sujeitos, individual ou coletivamente, enquanto produz reconhecimento.

É premente, pois, perceber a memória e a própria história como campos de divergências sociais, espaços de disputas de poder, onde é possível, necessário e urgente dar o devido protagonismo às classes sociais marginalizadas, tradicionalmente relegadas ao esquecimento. Ao dar voz a esses sujeitos históricos, empoderam-se os indivíduos e lhes impulsiona a buscarem justiça social, democrática, política, econômica, e também histórica, abrindo espaço para ocupar o lugar a que têm direito na sociedade.

Devido à ampla disponibilidade desses lugares de memória, possivelmente em face da longa história do município de Cachoeira do Sul, optou-se por elaborar a temática espaço-temporal de maneira a dar ênfase à presença da população negra que constitui hoje o povo cachoeirense. Este viés também possibilita fugir do lugar-comum que é exaltar apenas da história dos homens brancos ricos, vultos e personalidades político-militares pelo interior do Rio Grande do Sul e que, segundo Maestri, impõem suas histórias de forma generalista a todo o estado:

Como assinalado, as classes proprietárias sulinas de origem luso-brasileira apresentaram tradicionalmente sua história como se fosse a de toda a população sulina. Para tal, inicialmente, promoveram verdadeira limpeza étnico-social do passado, negando a importância do trabalho escravizado no Sul, em geral, e na produção pastoril, em especial. (MAESTRI, 2007).

Em determinados casos, a comunidade possui uma noção pouco definida, ou às vezes até mesmo distorcida, acerca de suas identidades e de sua história - é a situação de alguns alunos negros que não se identificam como tal, por exemplo¹⁹. Nesse ponto, torna-se ainda mais destacada a importância da educação e construção do olhar para os espaços da cidade e de seu patrimônio como forma de resgatar suas próprias raízes, objetivando uma efetiva inserção social dos indivíduos enquanto sujeitos e cidadãos.

Chama a atenção o fato de que pouquíssimos vestígios materiais, e em específico bens patrimoniais edificadas, tenham restado através dos séculos para ajudar a contar a história da presença das pessoas negras em Cachoeira do Sul. Isso também abre espaço para refletir sobre como o patrimônio edificado que existe dificilmente está relacionado à existência desses

¹⁹ Mais sobre o assunto pode ser lido em artigo de Marivete Souta. "Não sou negro, sou moreno": Conflitos de identidade negra no contexto escolar. **Anais do Copene Sul**, 2015. Resumos... Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/copene-sul/trabalhos/nao-sou-negro-sou-moreno-conflitos-de-identidade-negra-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

homens e mulheres escravizados — como, por exemplo, no caso da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, cuja edificação original foi erguida por mão de obra negra escravizada em fins do século XVIII, sob ordens de uma irmandade religiosa. No mais das vezes, ao tratar sobre a população afro-descendente e sua presença no Brasil, geralmente se destacam importantes e numerosas contribuições no campo cultural, com danças, esportes, linguagem, culinária, religião, etc. — constituindo, assim, riquíssimo patrimônio histórico imaterial brasileiro e também, obviamente, cachoeirense.

Entrementes, neste trabalho, longe de esquecer ou desvalorizar legado tão imprescindível, buscou-se uma abordagem diferente, através da materialidade do patrimônio histórico em Cachoeira do Sul. Considera-se que a sociedade nesse município pouco conhece e compreende a respeito de seu passado escravocrata, que não foi menor do que em outras regiões do estado, onde logicamente a penetração da etnia africana foi inferior se comparada com estados do Nordeste, mas que certamente não foi pequena ou menos rigorosa como certas correntes historiográficas gaúchas já insinuaram anteriormente. Uma rápida pesquisa na internet é capaz de apontar que importantes ruas, escolas e praças cachoeirenses receberam os nomes dos mais destacados homens escravocratas de outrora. Será que uma população conhecedora de seu passado e consciente de sua relevância na história local aceitaria cordialmente tal estado de coisas? Questionamentos como esse foram norteadores deste trabalho.

Pelo que já foi exposto, duas edificações que remetem ao passado escravagista de Cachoeira do Sul receberam maior destaque neste trabalho, como pode ser verificado no capítulo 2, que trata da história local, e também no apêndice, onde se encontra o material paradidático elaborado. Espera-se que tenha sido apenas um pontapé inicial na exploração de todo o potencial histórico que Cachoeira do Sul tem a oferecer — aos turistas e principalmente, aos seus cidadãos.

3.3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA SALA DE AULA

Assim como uma variedade de fontes, também existem múltiplas abordagens possíveis para acercar-se dos elementos formadores da história de um local. Neste trabalho, escolheu-se abordar o ensino de História através da exploração de espaços não formais de aprendizagem

como práticas diferentes, mais lúdicas, que incluem a demanda pelo uso dos cinco sentidos e favorecem os processos mentais imaginativos dos estudantes, envolvendo uma dimensão física para além da instância intelectual. Segundo Garcia (1995 apud ORÍÁ, 2004, p. 130), "o papel da escola é, também, ensinar a degustar as formas e os conteúdos que hoje podem parecer superados, mas que fazem parte das nossas raízes, ou pertencem ao patrimônio cultural da humanidade".

O método de ensino de história local aqui proposto e sua disponibilização em forma de material paradidático pode servir para amparar o professor e a professora, para que não precisem restringir seus trabalhos em sala de aula ao uso dos manuais didáticos oferecidos pelas escolas (quando eles existem). Almeida (2013, p. 3) afirma que "um professor bem formado e ciente de sua função social procura incentivar seus alunos a construir uma sociedade mais justa e solidária, desafiando o cotidiano". Torna-se primordial, nesse sentido, investir em iniciativas que aperfeiçoem continuamente o fazer docente.

Ainda que a produção historiográfica e suas elucubrações costumeiramente se façam entre quatro paredes, quando se trata de um conjunto de adolescentes, sentar e refletir em meio à calma e à quietude geralmente não são as atividades mais atrativas. Para Almeida (2013, p. 2), "a aula de campo é o maior potencial de transformação social, contribuindo para que os alunos sejam agentes transformadores da sociedade na qual estão inseridos". Trata-se, portanto, de valioso recurso pedagógico para um professor ou professora.

Em seu relato de experiência de campo desenvolvida na Bahia, Cardoso Júnior (2013, p. 5) aponta: "O meio se torna um recurso didático que favorece uma participação ativa (inclusive nas atividades lúdicas, inoportuno citar), e consequente compreensão do que está(va) acontecendo ali". A expectativa de explorar o mundo para além dos muros da escola, na companhia de seus colegas de aula e sob a supervisão de um adulto que não seja seus pais ou responsáveis, propicia uma aura de novidade que pode ser aproveitada pelo professor enquanto mediador. Paralelamente, a ludicidade deve estar presente nas atividades propostas em estratégias de ensino como as saídas de campo, pois de pouca serventia seria reproduzir, seja dentro ou fora da sala de aula, os mesmos padrões pedagógicos que rotineiramente se desenvolvem tradicionalmente nas escolas.

Para Compiani e Carneiro (1993, p. 91), "é impossível observar algo sem que se estabeleça alguma interpretação prévia ou sem que se crie algum nível de conhecimento,

ainda que bastante elementar”. Essa premissa vem ao encontro das teorias construtivistas do conhecimento, de Piaget, e da consciência histórica como inerente e indissociável à vida prática, de Rüsen. Os autores ainda vão além:

Se acreditarmos que, na mente do observador, as suas ideias e os seus conceitos se convertem em verdadeiros instrumentos mentais de observação da realidade, está aí o papel epistemológico do campo como fonte de informações e de investigações. (COMPIANI; CARNEIRO, 1993, p. 92).

Cabe aos professores e professoras atuar como mediadores na construção e desenvolvimento desses instrumentos mentais, dando suporte em momentos de dúvida e insegurança. Não é raro que os estudantes, especialmente os mais jovens, sintam-se incapazes de operar intelectualmente em nível mais elevado a que já estão habituados, fazendo com que desistam de refletir sobre um problema ou questão antes mesmo de sequer tentar resolvê-lo. Neste momento, a atuação dos professores torna-se imprescindível para ultrapassar possíveis obstáculos e auxiliar o aluno a superar suas próprias expectativas.

Importante ainda deliberar a respeito da necessidade de se desenvolver, no ambiente escolar, junto aos estudantes, uma consciência crítica acerca do conhecimento em si mesmo. Isso porque, no entendimento de Paulo Freire (1970), a consciência crítica cria a possibilidade de que os indivíduos sejam incluídos na realidade, a fim de que a conheçam e transformem, fornecendo subsídios para tal e facilitando os contatos dialógicos com o próximo; desse diálogo emerge o conhecimento.

3.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Compreende-se que uma relação de pertencimento entre sujeitos e os espaços que habitam precisa ser construída com ações e planejamento específicos, utilizando metodologias próprias. Catroga (2001, p. 23) afirma que “a memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias centradas em reavivamentos que só os *traços-vestígios* do que não existe são capazes de provocar” [grifo do autor]. Com essa perspectiva, foram utilizados na elaboração deste trabalho os conceitos técnicos de educação patrimonial, bem como sua relação com a memória e o esquecimento dos diferentes grupos humanos.

A escolha da perspectiva da educação patrimonial para elaborar o caderno didático baseou-se na vontade de oportunizar aos professores que atuam em Cachoeira do Sul uma nova possibilidade de interagir com educandos, através da promoção do contato com práticas educativas diversas do que tradicionalmente se pratica em sala de aula. Bessegato afirma que, dessa forma, é possível "(...) proporcionar aos alunos uma interligação entre a disciplina de História ao cotidiano escolar e ao seu meio social, libertando-se do exclusivismo absolutista exercido pelo material didático" (BESSEGATO, 2004, p. 22).

Por educação patrimonial entende-se "(...) um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 55), "a implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população". Depreende-se que, ao estender a atuação da educação patrimonial para o universo da Educação Básica, mirando o público escolar e sua comunidade de entorno, pode-se auxiliar na inserção da valorização do patrimônio histórico e cultural cachoeirense na sociedade. Essa visão é compartilhada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999).

A educação patrimonial pode, ainda, estimular a construção de uma relação afetiva entre a comunidade e seus bens patrimoniais, despertando sentido de pertencimento da população ao espaço público; isso poderia contribuir para que as pessoas desejassem preservá-los. Essa perspectiva também foi considerada relevante para essa pesquisa, ao afirmar que as comunidades que conhecem e valorizam seus bens patrimoniais possuem grande potencial para a construção, desenvolvimento e manutenção de suas memórias e identidades (FREITAS, 2015).

Nesse "querer conhecer mais" sobre o patrimônio, o estudante pode acabar, sem perceber, enredando-se nos meandros da história - do lugar e da sua própria, na medida em que pode realizar conexões mentais e associações entre os conhecimentos adquiridos nas experiências proporcionadas a partir da educação patrimonial. Para torná-las ainda mais impactantes, nada melhor do que o "(...) objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de

significado pela sociedade que o criou” (HORTA et al, 1999, p. 9). Essa situação de aprendizado pode ser oferecida dentro da sala de aula, utilizando elementos do patrimônio no interior da escola, ou nos próprios locais de memória — tornando-os protagonistas do conhecimento a ser produzido e não apenas um mero recurso ilustrativo sobre os temas trabalhados em sala de aula.

Ser capaz de compreender os objetos e fenômenos culturais potencializa a habilidade do indivíduo de entender o mundo que o cerca (HORTA et al, 1999). É nesse ponto que a educação para o patrimônio demonstra todo o seu valor pedagógico, na medida em que fornece subsídios para a construção dos instrumentos intelectuais necessários para desenvolver as potencialidades do sujeito. Esse sujeito poderá, então, perceber-se como partícipe do processo histórico, como parte fundamental desse processo, como agente transformador da realidade em que se insere, conhecedor de seu passado e, por isso, artífice de seu próprio futuro.

4 ELABORAÇÃO DO PRODUTO

4.1 CONTEXTO DO PROFHISTÓRIA

O “exclusivismo absolutista” a que Bessegato (2004) se refere em relação ao uso de livros didáticos em sala de aula, previamente mencionado, pode eventualmente estar ligado às dificuldades infraestruturais que os profissionais atuantes em escolas públicas enfrentam cotidianamente no exercício de seus trabalhos. Muitas vezes, existe a vontade e a iniciativa de inovar; contudo, empecilhos de ordem prática, que ocorrem com maior frequência do que se gostaria, podem acabar minando as boas intenções dos professores — e até mesmo o interesse dos estudantes, que podem se sentir desvalorizados e desmotivados.

Nesse contexto, cabe sublinhar o imensurável proveito que pode advir do emprego de centenas de materiais produzidos pelos alunos do ProfHistória nos diversos núcleos espalhados por todo o país, com os produtos de suas dissertações²⁰. Muitos deles, como o caso do produto resultante do presente trabalho, não requerem preparação prévia dos envolvidos, ou acesso a quaisquer recursos tecnológicos ou financeiros. Há que se aproveitar todas as fontes que porventura estejam disponíveis no momento e que sejam adequadas ao propósito do ensino de história, tendo em vista o objetivo final de prover os indivíduos com as ferramentas e condições necessárias para a construção do conhecimento e da cidadania, enquanto sujeitos históricos dignos de voz e vez.

Interessante também perceber-se que, ao ofertar formação em nível de pós-graduação específica e exclusiva para professores já inseridos e atuantes na rede de Educação Básica, o programa ProfHistória proporciona uma muito bem-vinda oportunidade de aproximação entre o conhecimento que se produz no interior da academia, frequentemente encerrado em si mesmo, e o chão de sala de aula, onde pode gerar valorosos frutos. Trata-se aqui da elaboração de um material paradidático, com a utilização de metodologias e técnicas pensadas, elaboradas e disponibilizadas por professores e para professores, contando com a mediação da universidade.

²⁰ Existe um banco de dissertações no portal da coordenação nacional do ProfHistória, aberto ao grande público, disponível em: <https://profhistoria.ufjf.br/banco_tese>. Acesso em: 15 jan. 2020.

4.2 MATERIAL PARADIDÁTICO

A opção por um material paradidático sobre a história de Cachoeira do Sul originou-se a partir da própria necessidade que a prática docente cotidiana impôs à autora deste trabalho, compartilhada especialmente por colegas docentes atuantes junto aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse caso, são profissionais que não possuem formação específica na área de história e, portanto, teoricamente não conhecem os meandros desta ciência, com suas particularidades e peculiaridades. Sendo assim, elaborou-se esse material com a finalidade principal, até agora inédita, de dar suporte à prática do ensino da história de Cachoeira do Sul.

O público-alvo preferencial deste material paradidático são professores e estudantes do Ensino Fundamental. Enfatiza-se especialmente o período da vida escolar em que os estudantes geralmente entram em contato com noções de conceitos a respeito do espaço territorial onde vivem e suas construções sociais e desenvolvem as noções de tempo e espaço. São conceitos abstratos fundamentais para o estudo da história, e contemplados inclusive nas competências específicas das Ciências Humanas pelos documentos que normatizam o trabalho docente nos diferentes níveis da Educação Básica. É também período em que crianças e adolescentes percebem a si mesmos como integrantes de uma comunidade mais ampla, que vai além de sua família, sua escola, seu bairro: inserem-se em uma sociedade rica em diferentes heranças culturais formadas ao longo de sua história.

A pluralidade cultural que se formou ao longo da história de Cachoeira do Sul encontra um excelente veículo para sua exploração através da educação patrimonial. A pluralidade cultural é um tema transversal passível de ser trabalhado em todas as disciplinas durante o Ensino Fundamental, de acordo com o documento que até recentemente fornecia o referencial curricular a ser adotado na Educação Básica de todo o país: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ali está previsto que um dos objetivos a ser atingido pelos estudantes nessa etapa da educação seja:

(...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (...) (BRASIL, 1998).

Além de conhecer e reconhecer seu patrimônio, os PCN pretendem que, através da educação recebida no Ensino Fundamental, os alunos estejam a par das características formadoras da sociedade e da cultura brasileiras, a fim de apropriarem-se dessas informações para bem de construírem suas noções pessoais e coletivas de identidade. O estudo da história através da educação patrimonial presta-se a esse fim, e possíveis atividades realizadas *in loco* poderiam contribuir para tornar o conhecimento mais concreto para o público jovem — e estão previstas no material que é o produto desta dissertação.

Cabe explicar que hoje existe um documento de elaboração mais recente, que veio para substituir os PCN na regulamentação das aprendizagens essenciais para cada fase da educação básica. Trata-se da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída como documento normativo a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Educação²¹. A BNCC encontra-se em fase de implementação junto à Educação Básica, sendo o ano de 2020 o primeiro em que se espera que suas resoluções sejam efetivamente inseridas no contexto das escolas de Ensino Fundamental — a etapa do Ensino Médio possui prazo de implementação até 2022.

Este novo documento encontra-se dividido de acordo com quatro áreas básicas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Foi possível verificar que o termo “diversidade” aparece no contexto das competências específicas das mais variadas disciplinas do currículo escolar. Com relação à área específica das Ciências Humanas, a palavra aparece já nas primeiras linhas de suas definições básicas, dando ênfase ao estudo da diversidade humana como ferramenta para o acolhimento da diferença (BRASIL, [20??], p. 353).

A BNCC também introduz os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), divididos em seis grandes grupos; entre eles, o Multiculturalismo. A premissa do documento é de que os TCT possibilitem uma integração entre diferentes áreas do conhecimento, problematizando situações de aprendizagem e promovendo uma construção global do conhecimento (BRASIL, 2019, p. 8). Isso vem também ao encontro das ideias propostas na elaboração deste material, quando foram privilegiadas atividades que possam ser desenvolvidas em contexto interdisciplinar, dentro e fora da sala de aula. Buscou-se também enfatizar o pluralismo

²¹ Resolução CNE/CP 2/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41-44. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

cultural que é intrínseco à composição étnica da população cachoeirense e brasileira, em geral.

O material paradidático foi dividido basicamente em três capítulos que contemplam a história da formação de Cachoeira do Sul cronologicamente, desde os primórdios no século XVIII até a virada dos séculos XIX para XX. Enfatizou-se os diferentes grupos humanos que convergiram para aquela região e juntos compuseram o povo cachoeirense, buscando trabalhar essa questão através do patrimônio histórico edificado da cidade. Aliás, a cidade possui um conjunto arquitetônico riquíssimo, amplo e pouco explorado, tanto nos planos educativos e culturais quanto em sua esfera turística e possível geradora de riqueza para o município.

Ao final de cada capítulo, foi incluída uma página com propostas de exercícios sobre os temas abordados. Ao final, em um capítulo extra denominado “Aos Professores”, estão textos direcionados aos profissionais da educação, com cinco sugestões extras de atividades para executar dentro e fora da sala de aula. Por último, nessas páginas, acrescentou-se uma lista de sugestões de outros materiais que podem ser acessados pelos professores e/ou trabalhados com os estudantes, tais como filmes, *websites*, livros e jogos pedagógicos.

4.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO METODOLOGIA DE ENSINO

Decidiu-se abordar, neste trabalho, o patrimônio histórico edificado cachoeirense por ser uma fonte concreta, palpável, testemunho vivo de tempos idos e personagens do passado, cuja presença se impõe na paisagem, seja ela urbana ou rural, e que, por isso mesmo, pode chamar a atenção dos alunos — e também, por que não, da comunidade em geral. Dentre as atividades propostas no material paradidático está a realização de visitas de estudos (aula-passeio), por entender-se que experiências extra-classe são, de maneira geral, bem recebidas pelos estudantes da Educação Básica por tratar-se de uma atividade que foge ao cotidiano de sala de aula. Essa opção possibilita ainda que professores e alunos ocupem os locais históricos da cidade e apropriem-se do espaço público como sujeitos da história local que, de fato, são.

Além do impacto que se pretende gerar na sociedade, existem outras vantagens em realizar-se uma pesquisa acadêmica relacionada aos locais de patrimônio histórico, que contempla atividades pedagógicas de inserção prática na sala de aula — e também fora dela.

Este trabalho também se coloca como mais uma contribuição que vem somar-se ao debate previamente existente sobre a importância das ações de educação patrimonial nos ambientes escolares, como potenciais replicadores da conscientização para a preservação do patrimônio histórico local.

Existe hoje uma infinidade de ações voltadas para a valorização do patrimônio histórico e também para a promoção das histórias locais Brasil afora — prova disso são as várias dissertações do programa ProfHistória que têm intuito semelhante a este trabalho, espalhadas por todo o país. Mesmo em Cachoeira do Sul já houve experiências anteriores semelhantes — sem que nenhuma delas, no entanto, resultasse em um material, impresso ou virtual, voltado à utilização por professores da Educação Básica de forma autônoma no decorrer de sua prática docente nas escolas. Essa é uma carência que pretende-se contribuir para minimizar, através desta iniciativa.

Também pouco difundidas são a riqueza e a pluralidade históricas do município de Cachoeira do Sul para dentro dos portões da escola. Logo, para integrar o patrimônio histórico local e a disciplina escolar de História, escolhemos utilizar a educação patrimonial. Para André Luís Ramos Soares:

A Educação Patrimonial é uma metodologia que propõem às comunidades e seus cidadãos que estabeleçam elos com seu passado - com sua história e sua memória social. É um caminho que propõem às comunidades que resgatem suas raízes culturais: seu modo de viver, de falar, sua culinária, suas crenças, danças, enfim tudo aquilo que a diferencia das demais comunidades. (SOARES, 2007, p. 9)

Compartilha-se do entendimento de Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 26), segundo elas: “esses assuntos que extrapolam os limites do currículo escolar estimulam os alunos a desenvolver o espírito crítico, a formular hipóteses e propor soluções, preparando-os para o exercício da cidadania”. A Base Nacional Comum Curricular menciona a necessidade de se contemplar a construção da cidadania dos educandos, quando coloca entre as competências gerais a serem desenvolvidas durante toda a Educação Básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

[...]

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, [20??], p. 9)

Uma abordagem diferenciada do ensino de história, seguindo essa lógica, pode colaborar para a prática docente no sentido de favorecer o processo de ensino-aprendizagem realizado em sala de aula. A ideia é tornar o conhecimento trabalhado em aula útil e caro para os estudantes em suas vidas cotidianas, e não apenas mais uma carga de conteúdos, aparentemente sem sentido, necessários unicamente para sua aprovação escolar.

De acordo com Bourdin (2001, p. 13), “(...) cada um de nós utiliza diversos meios para organizar suas relações com o mundo, mas enquanto alguns podem utilizar uma gama muito variada, outros só dispõem de poucos meios que são então, frequentemente, muito ligados à localidade”. Observa-se que, de maneira geral, são indivíduos inseridos em comunidades mais carentes os que menos dispõem de acesso a uma variada gama de canais de integração social. No caso do corpo docente da Educação Básica municipal, essencialmente periférico, também pode acontecer de os indivíduos possuírem acesso a meios de integração social, cultural e intelectual; e no entanto, ainda precisarem desenvolver o conhecimento necessário para sua utilização. Nesse ínterim, fica evidente quão preponderante é o papel da escola, que pode intermediar essa integração entre sociedade e indivíduo.

Por meio desta pesquisa, espera-se abordar justamente a recuperação das vivências da comunidade cachoeirense por um viés que possibilite aos envolvidos aperceberem-se também como sujeitos históricos, que se apropriem dos espaços e bens patrimoniais da cidade, que problematizem e questionem a história já construída do município. É fundamental criar meios para que esse tipo de resignificação do conhecimento seja realizado em sala de aula, dentro das escolas, no seio da comunidade, sem restringir-se a este ou aquele grupo social.

O estudo do patrimônio histórico edificado, nas das aulas de história, também se presta a auxiliar os estudantes na compreensão da História como uma ciência composta por constantes rupturas e permanências nas estruturas que compõem a sociedade. Nesse ínterim inclui-se o patrimônio e as disputas de poder que envolvem a seleção destes e dos fatos que são perpetuados e quais devem ser apagados da memória da população, que construções se preservam e quais se destroem, e de que forma esses processos ocorrem no seio da sociedade.

4.4 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

A elaboração das atividades pedagógicas incluídas no produto foram criadas tendo em vista as diferentes faixas etárias junto às quais o material pode ser trabalhado. Procurou-se atingir desde crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental até jovens e adultos que frequentam a EJA.

Foram incluídas atividades mais básicas, como caça-palavras e levantamento de dados, tarefas de nível intermediário, como debates e elaboração de textos, e também algumas um pouco mais complexas, como elaboração de pesquisas e montagem de exposições. Todas elas são passíveis de modificações por parte do profissional da educação que pretender utilizá-las, bastando realizar as adaptações que forem necessárias para atingir as habilidades e competências correspondentes ao nível de desenvolvimento intelectual de seus estudantes.

Com relação ao caráter das atividades, apresentou-se propostas de trabalho em sala de aula que envolvessem imagens: tanto a análise de elementos de uma ilustração, quanto a comparação entre fotografias antigas e recentes. A intenção é que elas se prestem a auxiliar os estudantes na construção da noção de tempo e de rupturas ou permanências que caracterizam a ciência histórica. Para estimular os alunos a irem além do que se vê, debates e troca de ideias estão sempre presentes nessas situações, que ainda cumprem o papel de ensinar valores importantes como o respeito aos outros indivíduos, a tolerância, a importância da argumentação com embasamento e sem “achismos”, e assim por diante.

Duas obras foram de fundamental importância no sentido de inspirar e fornecer subsídios para a criação das atividades pedagógicas. Ricardo de Aguiar Pacheco (2017) aborda questões teóricas importantes para se pensar o ensino da história, especialmente quando relacionado ao patrimônio cultural, mas vai além da teoria e descreve situações de aprendizagem já realizadas nas quais o autor se envolveu, e que são absolutamente passíveis de adaptar e replicar em outros contextos. Isso foi realizado neste trabalho, especialmente na “Sugestão 4: estudo do meio” do capítulo “Aos Professores” no produto.

A obra de Horta, Grunberg e Monteiro (1999) foi publicada pela primeira vez pelo IPHAN há mais de duas décadas e continua a ser uma excelente fonte de inspiração para professores que querem elaborar atividades práticas relacionadas ao patrimônio cultural. Suas sugestões também foram diretamente utilizadas na criação das atividades de exercício do

conhecimento propostas no material paradidático. Trata-se de uma obra de referência quando o assunto é educação patrimonial, onde também se pode encontrar o que as autoras chamam de “folhas didáticas” para ajudar os professores a elaborar materiais de apoio às atividades que elas propõem.

Assim como Pacheco, a publicação do IPHAN traz ainda situações reais em que as propostas já foram desenvolvidas. Uma vez que já houve essa dimensão prática, os autores conseguem propor ações com conhecimento de causa e, portanto, uma noção realista das possibilidades junto à educação básica. As duas obras foram escritas em linguagem simples de compreender, porém sem simplismos, e foram aqui consideradas tão interessantes e acessíveis que estão arroladas entre as sugestões bibliográficas direcionadas aos professores, ao final do produto.

Por último, é preciso reconhecer o papel imprescindível que a internet desempenhou na criação deste produto e também da presente dissertação. Diversas instituições ligadas à cultura possuem já digitalizados os seus acervos ou parte deles, facilitando o acesso de pesquisadores sem a necessidade de deslocamentos que demandam tempo e despesas. As ilustrações do tipo charge e quadrinhos utilizadas na elaboração de algumas atividades pedagógicas, por exemplo, foram encontradas graças a mecanismos de busca na internet, bem como da disponibilização de seus autores ao acesso virtual. Graças à rede mundial de computadores foi possível, por exemplo, pesquisar e encontrar referências de Estados Unidos e Reino Unido com relação à Charqueada do Paredão, administrada por ingleses durante algumas décadas, em Cachoeira do Sul, e que forneceram indícios importantes a respeito desse bem patrimonial do município.

4.4 DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

Em 1989 foi elaborado em Cachoeira do Sul um Inventário do Patrimônio Cultural do município, onde constaram 123 construções consideradas bens de interesse histórico e/ou cultural para o município. Hoje, nesse inventário encontram-se arrolados pouco mais de 90 prédios — uma significativa redução que pode ser atribuída a diversos fatores; entre eles, a carência de ações efetivas a fim de educar a comunidade e sensibilizar as novas gerações para a preservação de sua própria história.

Pensando no expressivo tamanho do conjunto arquitetônico existente em Cachoeira do Sul, formado ao longo de seus mais de 200 anos de história, foi necessário realizar recortes e delimitações espaço-temporais que viabilizassem a elaboração deste trabalho.

Sendo assim, optou-se por enfatizar alguns dos edifícios principais que se encontram presentes na paisagem cachoeirense. Uma seleção foi feita no sentido de procurar delinear como ocorreu a evolução da cidade, com destaque para a formação do povo de Cachoeira do Sul, que chegou ao município em diferentes momentos, com diferentes propósitos: no século XVIII, indígenas aldeados e portugueses estancieiros; no século XIX, casais açorianos, imigrantes alemães e italianos; e africanos escravizados durante todo esse período, desde os primórdios da aldeia até que o regime escravocrata fosse finalmente abolido.

Pesquisas interessantes poderiam advir de análises a respeito do patrimônio histórico que, por diferentes razões, não mais se encontra diante dos olhos de sua comunidade; ou que, com a passagem dos anos, restou gravemente descaracterizado em relação à sua construção original. Essa é mais uma oportunidade que se abre para a realização de trabalhos futuros.

Com relação à temporalidade, julgou-se que os séculos XVIII e XIX, por estarem mais distantes da realidade dos alunos, tornam-se ao mesmo tempo mais fascinantes e menos conhecidos do público jovem. Muitos estudantes sequer compreendem que o lugar onde vivem vem sendo habitado há tanto tempo, e que esse espaço onde habitam possui determinadas características como produto da intervenção contínua das gerações que vieram antes deles. Mais além, não apreendem como isso interfere diretamente em sua realidade cotidiana. Nesse sentido, o estudo da história pode ajudar a motivar novas reflexões junto aos estudantes, e novas perspectivas de trabalho junto aos professores.

Este trabalho não tem pretensão de colocar-se como conclusivo acerca do recorte espaço-temporal relacionado ao patrimônio histórico cachoeirense que se propôs analisar. Ao contrário: ao longo de sua elaboração, novas informações se descortinaram conforme a pesquisa avançava, abrindo possibilidades tentadoras ao gosto investigativo que habita o cerne de todo historiador.

A partir das informações compiladas nesta dissertação e das fontes bibliográficas e documentais disponíveis física e virtualmente, é possível dar continuidade aos trabalhos de levantamento, exploração e análise da rica história de Cachoeira do Sul — e até, quem sabe, tornar sua relevância cada vez mais evidente aos olhos de seus próprios moradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano do bicentenário cachoeirense, este trabalho veio também para convidar os seus munícipes a refletir sobre a riquíssima história de Cachoeira do Sul e seu patrimônio cultural, a ser trabalhado na Educação Básica. Seu conjunto arquitetônico histórico é reconhecidamente valioso e importante testemunho de seus mais de dois séculos de ocupação. Possui importantes instituições ligadas à cultura, como museu, arquivo histórico, casa de cultura, biblioteca, ateliê livre, bem como diferentes iniciativas de promoção cultural junto à comunidade. Grande parte dos servidores públicos lotados nas referidas instituições é de professores municipais. Sendo assim, não há motivo para as áreas da cultura e da educação em Cachoeira do Sul não caminharem de mãos dadas.

Há campo de trabalho em abundância para se concretizar uma aproximação entre a Educação Básica local e essas instituições culturais. A educação patrimonial utilizada na elaboração do produto desta dissertação é uma das muitas ferramentas metodológicas que se prestam a esse papel. Iniciativas e investimentos públicos são necessários para fomentar a valorização do patrimônio histórico da cidade, e sem dúvida educar as gerações futuras para compreender que essa herança também lhes pertence é um passo imprescindível.

Este trabalho, além da contribuição que ensejou realizar junto ao ensino de história no município de Cachoeira do Sul, também procurou abrir novas perspectivas para que outros pesquisadores interessados pelo passado da cidade deem continuidade à escrita da história, que está sempre em constante construção e ressignificação. Além disso, outros mestres e estudantes podem se inspirar nas ideias aqui levantadas para promover necessárias aproximações entre a produção acadêmica brasileira e o chão da sala de aula. Sugeriram-se alguns caminhos e metodologias de ensino, que podem e devem ser adaptados e utilizados junto às realidades de outras cidades, instituições, públicos-alvo... as possibilidades são ilimitadas.

Expressivo número de bens patrimoniais cachoeirenses ficaram de fora na elaboração desta dissertação e seu produto. Não houve uma pretensão em ser um trabalho totalizante e definitivo; ao contrário: os recortes de espaço, tempo e temática demonstram o quão vasto e inexplorado ainda é o campo da pesquisa em relação ao acervo patrimonial em Cachoeira do Sul. Quando se trata de aliar patrimônio e educação, esse território se amplia ainda mais.

A tecnologia e, especialmente, a internet, cumprirão papel cada vez maior no cotidiano de todos, incluindo aí a rotina de pesquisadores, estudantes, professores, comunidade, instituições públicas. Trata-se, porém, de uma faca de dois gumes: se por um lado é preciso estar atento à tecnologia e acompanhar sua evolução, por outro, é papel dos profissionais da educação auxiliar os estudantes a construir habilidades que lhes forneçam embasamento para o exercício da cidadania — pautada sobre valores como respeito à diferença, tolerância e valorização da cultura e da educação.

Apesar de tão profundas mudanças como as propostas mais recentemente de diversos autores, ocupados em realizar estudos e produção historiográfica relativa ao ensino de história, a disciplina que geralmente ainda hoje se aprende nos bancos escolares brasileiros é, sabidamente, outra. Sendo assim, parece lógico afirmar que urge a necessidade de se repensar as práticas de ensino de história, desde a formação dos professores nas universidades, até a efetiva implementação de melhorias no desenvolvimento da disciplina no ambiente escolar. Trata-se de um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. B. Desbravando horizontes: a importância das aulas de campo no ensino de história. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 3., 2013, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2013. Disponível em <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/resumo.php?idtrabalho=168>>. Acesso em: 5 out. 2018.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Acervo. O COMMERCIO**. Edição nº 1350. Cachoeira, 14 de outubro de 1925.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Banco de Dados**. Assunto: Charqueada do Paredão. Pasta 03, envelope 10.

ASSUMPÇÃO, J. E. A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. **Cadernos IHU**. Ano 5, nº 22, 2007. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/022cadernosihu.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BAKOS, M. M. **Escravidão e abolição no Rio Grande do Sul** [livro eletrônico]. 2ª ed. Londrina: Eduel, 2018.

BESSEGATO, M. L. **O patrimônio em sala de aula**: fragmentos de ações educativas. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2004, 2ª ed.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: Proposta de Práticas de Implementação. 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implimentacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMOZATO, B. C. (Org.) **Grande Album de Cachoeira no Centenario da Independencia do Brasil**. Porto Alegre: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.

CARDOSO JÚNIOR, A. M. S. Viagem de estudos: para além de uma atividade de sala de aula - relato de experiência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <<http://>

www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371090208_ARQUIVO_ViagemdeestudosaPauloAfonso-artigoNatal.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2018.

CARPES, E. A. **Relatório apresentado ao Capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama, intendente do município de Cachoeira.** Livro IM/GI/AB/Re, 002. Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, 1917.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia.** Coimbra: Quarteto, 2001.

COMPIANI, M.; CARNEIRO, C. D. R. Os papéis didáticos das excursões geológicas. In: **Enseñanza de las Ciencias de la Tierra.** Vol. 1, Num. 2 (1993), p. 90-98.

COMUNIDADE EVANGÉLICA MARTIM LUTERO. **Martin-Luther-Gemeinde offiziell gegründet.** Disponível em: <<http://www.cbarao.com.br/martimlutero/>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

DARONCO, L. J. **A fuga de Francisco:** uma abordagem sobre a historiografia, a escravidão, o trabalho e a resistência escrava na região Noroeste do RS. Disponível em: <[http://centroafrodogota.com/attachments/article/10/A fuga de Francisco uma abordagem sobre a historiografia, a escravidao, o trabalho e a resisencia escrava na regioao Noroeste do RS. Leandro Jorge Daronco.pdf](http://centroafrodogota.com/attachments/article/10/A_fuga_de_Francisco_uma_abordagem_sobre_a_historiografia,_a_escravidao,_o_trabalho_e_a_resistencia_escrava_na_regiao_Noroeste_do_RS_Leandro_Jorge_Daronco.pdf)>. [2005?]. Acesso em: 10 nov. 2019.

ECKERT, K. B. **Onde florescem os arrozais...** História da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cachoeira do Sul, 1883-1993. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

EU, Gastão de Orleans, Conde d'. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIL, C. Z. V.; POSSAMAI, Z. R. **Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações.** MOUSEION, Canoas, n.19, dez., 2014, p. 13-26.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2014.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - 1822, João C. Campomar, 1942. Disponível

em: <https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/581-325.htm>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul - 1809, João C. Campomar, 1942. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/344-100.htm>. Acesso em: 02 jan. 2020.

JORNAL DO POVO. Concluído o restauro do Paço Municipal. Cachoeira do Sul, 21 de março de 2017. Disponível em: <<https://pontedepedra.blogspot.com/2017/03/paco-municipal-concluido-o-restauro.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

JUNGES, C. L. et al. A casa-sede da fazenda da Tafona: organização e evolução de uma vivenda luso-brasileira. In: **Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/anais_IV_Coloquio_CasaSenhorial_2.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019. Pelotas: CLAEC, 2017.

LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.

MAESTRI, M. A presença do negro no Rio Grande do Sul ontem e hoje. Entrevista especial com Mário Maestri. **[Entrevista disponibilizada em 26 de novembro de 2007, a Internet]**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10958-a-presenca-do-negro-no-rio-grande-do-sul-ontem-e-hoje-entrevista-especial-com-mario-maestri>>. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Acesso em: 09 dez. 2018.

MAESTRI, M. Pampa Negro — agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1803-1850. In: **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano VII, nº XIII, julho 2014, p. 50-72.

MARQUES, A. F. **A economia do charque** — O charque nas artes — Culinária do charque. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

MOREIRA, P. R. S.; RIBEIRO, J. I.; MUGGE, M. H. **A morte do comendador**: eleições, crimes políticos e honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **Fundação do Município de Cachoeira do Sul**: documentos históricos. Cachoeira do Sul: Gráfica Cachoeirense, 1987.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, J. R. Q. O “Tiro que saiu pela culatra”: Comportamentos e expectativas de escravos, libertos e imigrantes europeus nas proximidades da abolição

(Charqueada do Paredão - Cachoeira / RS). In: **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº 9 — Dezembro de 2013. PPGH Unisinos. p. 182-195.

ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

PACHECO, R. A. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente**. Jundiaí: Paco, 2017.

PORTO, A. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1996.

RICOEUR, P. **Memory, history, oblivion**. Budapest, Central European University, 2003. Conferência escrita e proferida originalmente a 8 de março de 2003. Tradução Hugo Barros. Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_traduzidos_paul_ricoeur>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectivas, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Documentos da escravidão**. Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. 1234 p. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

RITZEL, M. História da Ponte de Pedra. In: **Museu Municipal de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul**. Cachoeira do Sul, [201?]. Disponível em: <<http://www.museucachoeira.com.br/index.php?area=municipio&id=50>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RITZEL, M. A importância da Restauração do Paço Municipal. In: **Movimento pela preservação do patrimônio histórico-cultural de Cachoeira do Sul/RS**. Cachoeira do Sul, 2013. Disponível em: <<https://pontedepedra.blogspot.com/2013/01/a-importancia-da-restauracao-do-paco.html>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. **Cachoeira do Sul: em busca de sua história**. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1991.

SCHUH, A. S.; RITZEL, M. R. M. **Cachoeira do Sul: princesa do Jacuí**. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1997.

SCOTT, A. S. V.; PETIZ, S. S. Gentes das Ilhas: migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1922/1880>>. Acesso em: 27 set. 2019. Águas de Lindóia: (sem editora), 2012.

SCRIPOWORLD. **Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Ltd.** Disponível em: <<https://www.scripoworld.com/records/brazil/brazilian-extract-of-meat-and-hide-factory-ltd/>>. Acesso em: 07 jan 2020.

SILVA, M. I. V. C. **Depoimento concedido.** Cachoeira do Sul, em 23 de fevereiro de 2019.

SOARES, A. L. R. Educação patrimonial na Universidade Federal de Santa Maria: O Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória e sua inserção na comunidade. In: **X Cidade Revelada. Encontro sobre patrimônio Cultural.** Itajaí, 2007. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/Textos%20Nep/NEP.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SÔNEGO, A. “**Sob a condição que continue em nossa companhia**”: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira, 1871/1889). Dissertação de Mestrado em História, IFCH, UPF, Passo Fundo, 2011.

THE INTERNATIONAL STOCK EXCHANGE OF THE UNITED KINGDOM AND THE REPUBLIC OF IRELAND LIMITED. **Register of Defunct Companies.** London (United Kingdom): Palgrave Macmillan, 1990.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Commerce. Bureau of Foreign and Domestic Commerce. Special Agent Series nº 169. **Investments in Latin America and the British West Indies, by Frederic M. Halsey (special agent).** Washington: Government Printing Office, 1918.

ZAMIN, F. Tombamento da Fazenda da Atafona. Parecer. In: **Processo IPHAE n. 001831-11.00/13-1.** Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/01/Iphae-Cachoeira-do-Sul-Fazenda-da-Atafona.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2019. Porto Alegre: IPHAE, 2016.

APÊNDICE

Cachoeira do Sul

VAMOS CONHECER?

Antoniela A'Costa Rodrigues



© Antoniela A'Costa Rodrigues
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização.

Santa Maria, março de 2020.

Capa: Rua Sete de Setembro na década de 1920. Fotografia do acervo do Museu Municipal, Cachoeira do Sul.

Cachoeira do Sul

VAMOS CONHECER?

Antoniela A'Costa Rodrigues

Este trabalho foi desenvolvido junto ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, núcleo UFSM, ofertado em rede nacional, sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua realização foi possível graças ao fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior - CAPES.



SUMÁRIO

- 6**
APRESENTAÇÃO
Comece a desvendar a história de Cachoeira do Sul
- 8**
LOCALIZANDO CACHOEIRA DO SUL
De onde surgiu esse nome, afinal?
- 10**
OS PRIMEIROS TEMPOS
Quem é o povo cachoeirense? Descubra!
- 22**
CACHOEIRA NO SÉCULO XIX
Época movimentada para a Princesa do Jacuí!
- 31**
HERANÇA ESCRAVISTA EM CACHOEIRA
Um passado para honrar e ser lembrado
- 43**
REFERÊNCIAS CONSULTADAS
As fontes de pesquisa
- 44**
AOS PROFESSORES
Atividades e reflexões, de mestre para mestre

Vista aérea de Cachoeira do Sul
Fonte: Anuário JP 2014-2015



APRESENTAÇÃO

Você está diante do primeiro livro escrito sobre a história de Cachoeira do Sul que foi pensado especialmente para ser usado por estudantes e professores, dentro e fora da sala de aula.

Nas próximas páginas você encontrará uma proposta de estudar História de um jeito diferente: a partir dos testemunhos do passado que estão bem aqui, ao nosso redor, que são os nossos patrimônios histórico e cultural.

Queremos que todos conheçam mais sobre a história do lugar onde moram e das pessoas que ali habitaram antes delas. Isso faz parte de nossas próprias vidas!

Mas como faremos isso?



Diferentes tomadas do rio Jacuí. Fotografias de Antonielli A'Costa, 2018.

CACHOEIRA DO SUL ■ 06 ■ VAMOS CONHECER?



Ponte-barragem do Fandango sobre o rio Jacuí. Fotografia de Robespierre Giuliani, 2013.

Queremos tirar a história de nossa cidade das páginas dos livros e trazer para o nosso cotidiano. A ideia aqui é aprender a observar a paisagem da cidade ao nosso redor com outros olhos, questionando e interpretando o mundo.

Precisamos perceber como os acontecimentos e a sociedade do passado ajudaram a criar a realidade em que vivemos hoje, agora. Dessa forma, é possível construirmos um futuro melhor para nós mesmos. Os vestígios estão por toda parte, é preciso estar atento! Essa história pertence a todos nós.

A História aprisionada dentro de livros, muitas vezes, acaba esquecida e perdendo seu significado para o seu povo. O conhecimento deve retornar para a comunidade, pois quem conhece, valoriza e preserva. Vamos juntos?

Boa leitura!

A autora

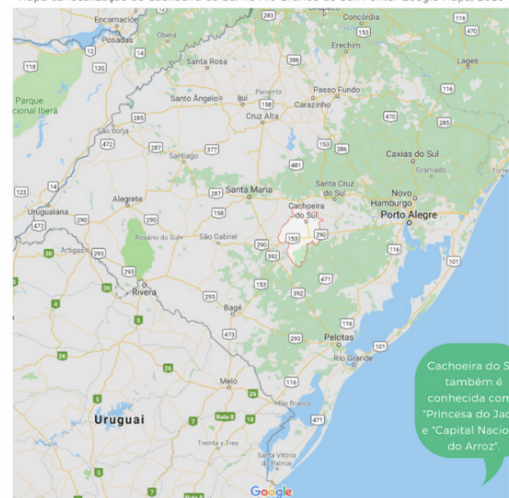
CACHOEIRA DO SUL ■ 07 ■ VAMOS CONHECER?

LOCALIZANDO CACHOEIRA DO SUL

Cachoeira do Sul está situada na região central do Rio Grande do Sul, às margens do rio Jacuí. Localiza-se a 199 quilômetros de distância rodoviária da capital estadual, Porto Alegre. De acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2019, o município abriga **82.201** habitantes.

A cidade recebeu esse nome por causa das pequenas quedas d'água que existiam no rio Jacuí, antes da construção da ponte-barragem do Fandango.

Mapa da localização de Cachoeira do Sul no Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps, 2019



CACHOEIRA DO SUL ■ 08 ■ VAMOS CONHECER?



Cachoeira do Fandango. Fonte: fototeca do Museu Municipal, sem data.

Desde o início de sua ocupação, a cidade recebeu diversos nomes. Capela de São Nicolau, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, Vila Nova de São João da Cachoeira... Foi no século XIX que seu nome acabou sendo simplificado para apenas Cachoeira, como já era conhecida popularmente.

Foi no ano de 1944 que a cidade trocou de nome pela última vez. Foi acrescentado "do Sul" ao nome do município, tornando-se Cachoeira do Sul. Isso ocorreu através do Decreto-lei estadual n.º 720, de 29 de dezembro de 1944.



CACHOEIRA DO SUL ■ 09 ■ VAMOS CONHECER?

Entre os primeiros estancieiros das terras de Cachoeira estavam: Antônio Gomes de Campos, Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos, Manoel Gomes Porto e Manuel Carvalho da Silva.

Gomes Freire de Andrade também ficou responsável por instalar em terras missionárias, que se tornaram portuguesas, casais vindos do Arquipélago dos Açores. O povo dessas ilhas portuguesas sofriram com excesso de população, entre muitos outros problemas, e a saída que o governo encontrou foi enviá-los para ocupar o Brasil.

Só que milhares de indígenas, habitantes dos Sete Povos há muito tempo, se recusaram a abandonar suas terras. Muitos padres jesuítas, que fundaram as Missões, também não aceitaram partir.

Porém, os casais açorianos já haviam chegado ao Rio Grande do Sul. Sem poder ir para as Missões, eles acabaram se espalhando por vários povoados que já existiam às margens do rio Jacuí. Em Cachoeira do Sul, documentos indicam que os primeiros açorianos chegaram em 1753, trabalhando como agricultores e criando animais.

Esse impasse resultou na Guerra Guaranítica (1753-1756), conflito no qual tropas portuguesas e espanholas se uniram para enfrentar os índios. Foi um verdadeiro massacre, que só acabou com a morte do líder indígena Sepé Tiarajú. Hoje ele é considerado um herói gaúcho.



Detalhe do Memorial da Epopeia Riograndense, Missioneira e Farroupilha, de Danúbio Gonçalves. Painel em azulejos com 3x16,5m. Praça Revolução Farroupilha, Porto Alegre, RS, 2008.



CACHOEIRA DO SUL ■ 11 ■ VAMOS CONHECER?

OS PRIMEIROS TEMPOS



Cachoeira do Sul completa, em 2020, dois séculos desde sua emancipação de Rio Pardo. Foi em 8 de agosto de 1820 que o povoado tornou-se um município, por ordem do rei Dom João VI. Nessa época, o Brasil fazia parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; então, não era um país independente como conhecemos hoje.

No entanto, a história de Cachoeira do Sul começou muito antes disso. Pesquisadores já descobriram que a ocupação dessa região começou na década de 1750, depois que Portugal e Espanha assinaram um documento chamado *Tratado de Madrid*.

Os dois reinos europeus brigavam muito por terras do sul da América, e esse tratado procurou determinar quem ficava com o quê, tentando evitar mais guerras: a Espanha passava a dominar um ponto estratégico chamado Colônia de Sacramento, onde hoje é o Uruguai, enquanto Portugal ficaria com uma região chamada Sete Povos das Missões, no noroeste gaúcho. É claro que em nenhum momento os europeus se preocuparam em perguntar às pessoas que já viviam por lá se concordavam com isso.

Somente após esse acordo é que as autoridades portuguesas começaram a se preocupar em colonizar a região do Rio Grande do Sul, incluindo onde hoje está Cachoeira, para que os espanhóis não a invadissem. Dessa tarefa ficou encarregado *Gomes Freire de Andrade*, como embaixador e representante de Portugal.

Foram distribuídas inúmeras porções de terras entre militares vindos de São Paulo. Essas porções mediam cerca de 13 mil hectares, e eram chamadas de *sesmarias*. Esses homens formaram as primeiras estâncias da região, reunindo e criando gado xucro que vivia solto por aquelas bandas.

FIQUE DE OLHO!

Emancipar significa tornar livre e independente - pode ser uma pessoa ou uma região.
Sesmarias eram terrenos desocupados que o governo português doava para quem se comprometesse a cultivá-los e povoá-los. Em troca, o **sesmeiro** entregava uma parte do rendimento das terras ao governo.



CACHOEIRA DO SUL ■ 10 ■ VAMOS CONHECER?

Com o fim da guerra, Freire de Andrade levou para a região de Cachoeira um grupo de *indígenas vindos das Missões*, sobreviventes da guerra, e eles foram instalados perto do rio Botucarái.

Mais tarde, em 1769, o governador da Província, José Marcelino de Figueiredo, ordenou que os índios fossem transferidos para terras à margem esquerda do rio Jacuí, no *Passo do Fandango*. Neste lugar, os gentios construíram uma capela para homenagear seu santo católico de devoção, São Nicolau. O lugar ficou conhecido, por causa deles, como *Aldeia*.

Séculos mais tarde, nesse mesmo local de Cachoeira do Sul, situa-se um bairro chamado de *Aldeia*, em memória dessa época e dessas pessoas que lá viveram. Por lá podemos encontrar vários prédios históricos, erguidos em diferentes fases da ocupação da cidade, especialmente de seus primeiros tempos.

Entre eles estão: a Casa da Aldeia, o primeiro hospital, a primeira hidráulica municipal, o Cemitério das Irmandades, entre outras.

Ao lado:
Prédio do primeiro hospital de Cachoeira, inaugurado em 1910. Fotografia de Alfredo R. da Costa, 1922.
Primeira hidráulica municipal da cidade, em registro do dia de sua inauguração, em 1921. Acervo do Museu Municipal.
Chafariz da primeira hidráulica, na praça Itororó, com o antigo Cemitério da Aldeia ao fundo. Fotografia de Antonieta A Costa Rodrigues, 2020.



CACHOEIRA DO SUL ■ 12 ■ VAMOS CONHECER?

A Casa da Aldeia foi a primeira casa particular com pedido formal de construção em Cachoeira de que se tem notícia. Documentos do acervo do Arquivo Histórico trazem a informação de que a licença para sua construção foi requerida em 1849.

O pedido foi feito pelo proprietário do terreno, o português Manoel Francisco Cardozo. Ele era casado com uma índia guarani chamada Joaquina Maria de São José.

A casa foi tombada em 2005, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE). Esse órgão é responsável por zelar pela conservação do patrimônio gaúcho.

Essa casa é um importante exemplar arquitetônico que traz muitas pistas sobre as relações entre portugueses e índios, em terras cachoeirenses. Infelizmente, hoje encontra-se em muito mau estado em ruínas.



(1) Abaixo, a casa da Aldeia em meados de 1970, ainda razoavelmente conservada; (2) à direita, já em estado precário, em 2003; (3) à esquerda, uma imagem de 2020 mostra as condições atuais do prédio, coberto por uma estrutura de ferro, isolado da rua por tapumes de madeira. Fotografias 1 e 2: acervo do Museu Municipal. Fotografia 3: Antonieta A'Costa Rodrigues.



CACHOEIRA DO SUL ■ 13 ■ VAMOS CONHECER?

Mas como assim, "a casa foi tombada"? O que isso quer dizer?



Como é comum na língua portuguesa, a palavra tombamento possui mais de um significado. Podemos usá-la para falar em um tombo, quando uma pessoa ou objeto cai ou é derrubado. E também se chama de **tombamento** o processo pelo qual se faz um registro formal de um edifício ou elemento cultural, considerando que seja relevante para seu povo. Essa importância pode ser *histórica, cultural ou paisagística*. O registro assegura que o bem tombado seja protegido por leis específicas.

Por exemplo: a Casa da Aldeia é tombada. Logo, existem leis que determinam como podem ser feitas restaurações na construção dela. A ideia é evitar que o lugar (ou objeto) perca as características que fizeram com que ele fosse tombado.

Além dos prédios, outras coisas podem ser tombadas. A roda de capoeira, por exemplo, é considerada parte fundamental da cultura brasileira. Por isso, foi tombada pelo IPHAN no Brasil, em 2008, e pela UNESCO, em 2014.



Tombamento, charge do artista Ronald Martins, 2006.

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 14 ■ VAMOS CONHECER?

Os açorianos acabaram se estabelecendo em diversos povoados, localizados ao longo das margens do rio Jacuí. Os rios eram importantes meios de transporte em solo sul-rio-grandense nesse período.

Alguns desses casais açorianos ficaram por lá mesmo, após o fim da Guerra Guarânica, porque já tinham fixado residência. Em Cachoeira do Sul, sabe-se que a chegada dos primeiros açorianos ocorreu em 1753, e que ali se dedicaram inicialmente a atividades como agricultura e pecuária, em pequenas propriedades rurais.

Nessa época, ainda não existia a divisão política brasileira atual em municípios, distritos, etc.

Por ser um reino católico romano, Portugal dividia suas colônias de acordo com a organização administrativa da Igreja Católica.

Assim, o pequeno povoado que era Cachoeira, se chamava Capela de São Nicolau desde 1760. Em 1779, foi elevado a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira.

Entenda melhor

DATA	1760	1779	1820
COMO ERA	capela	freguesia	vila
HOJE SERIA	pequeno povoado	distrito	município

Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1809. Nesse período, Cachoeira do Sul era apenas uma freguesia da Vila de Rio Pardo. Fonte: acervo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul.



CACHOEIRA DO SUL ■ 15 ■ VAMOS CONHECER?

Saiba mais

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era uma associação religiosa que existia na Europa desde o século XIII, e que foi trazida pelos portugueses quando começaram a dominar o Brasil. Criada para ser um espaço onde o povo negro pudesse praticar a religião católica, já que, durante a escravidão, eles eram proibidos de frequentar as mesmas igrejas das pessoas brancas. Em Rio Pardo, a irmandade foi fundada em 1774, em Cachoeira, ela surgiu em 1812.

Aspecto original da fachada da Igreja Matriz, hoje Catedral Nossa Senhora da Conceição. Ela foi erguida no mesmo estilo de outras igrejas brasileiras do período colonial. Acervo do Museu Municipal, c. 1910.

Alguns anos mais tarde, em 1793, foi lançada a pedra fundamental da construção do edifício que hoje é o mais antigo da cidade: a Igreja Matriz. A tarefa de erguê-la ficou a cargo das Irmandades Conjuntas de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento. Em 1799 ela foi inaugurada.

A Igreja foi construída graças à mão de obra dos indígenas e dos negros. Os índios eram contratados de uma olaria, que foi instalada na cidade com o objetivo de fabricar os tijolos que seriam usados para levantar a igreja. Eles eram trabalhadores da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição.

Já os negros que com sua força de trabalho ergueram a Igreja Matriz, eram membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Por realizarem essa tarefa, foi destinada a eles uma ala separada dentro do Cemitério da Aldeia, para sepultamentos de membros da irmandade.



CACHOEIRA DO SUL ■ 16 ■ VAMOS CONHECER?

A Igreja Matriz foi palco de muitos momentos importantes na história da cidade. Nela celebravam-se festas e conquistas, eram realizadas atividades políticas e enterravam-se em suas paredes os corpos de cidadãos de destaque na sociedade, como era o hábito naquela época.

Um acontecimento chama a atenção entre os demais: o esfaqueamento do comendador **Antonio Vicente da Fontoura** no púlpito da igreja, em plena eleição para vereadores e juizes de paz, em 8 de setembro de 1860. O crime foi cometido por um homem negro liberto, de nome **Manoel Pequeno**, por motivos políticos, envolvendo líderes locais.



Fontoura era uma figura importante da sociedade cachoeirense, homem de posses e grande senhor de escravos. Ele não resistiu aos ferimentos e acabou falecendo cerca de 40 dias depois.

A atual aparência da igreja está muito diferente de seus primeiros tempos. Várias reformas foram feitas ao longo de seus 220 anos, e acabaram por modificar bastante o prédio. De todo o seu interior original, que era riquíssimo, apenas o altar da Capela do Santíssimo não sofreu modificações.

Catedral Nossa Senhora da Conceição em sua aparência hoje. Fotografia de Antonielli A'Costa Rodrigues, 2020.

Hoje, a Catedral Nossa Senhora da Conceição é um **patrimônio** histórico de grande destaque em Cachoeira do Sul — e até ilustra o brasão municipal, criado em 1959 por Geraldo da Silva Chaves.

Desde 1985 o templo católico é tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul (COMPAHC), órgão municipal responsável por ações ligadas ao patrimônio da cidade.



Brasão da cidade de Cachoeira do Sul, um dos símbolos oficiais do município, produzido e adotado a partir de 1959. Além da Catedral, quais outros elementos da cultura cachoeirense você consegue identificar no brasão?

Pórtico do antigo Cemitério da Aldeia. Fotografia de Antonielli A'Costa Rodrigues, 2020.



Os sepultamentos no interior das paredes da Igreja Matriz só deixaram de acontecer em 1832, mesmo que desde 1823 houvesse uma lei proibindo essa prática, porque oferecia sérios riscos à saúde pública.

A partir de janeiro de 1833 os enterros católicos passaram a ser realizados pelo vigário da freguesia, padre Ignácio Francisco Xavier dos Santos, no **Cemitério da Aldeia**.

Esse cemitério é o mesmo que existe até hoje nas proximidades do Hospital de Caridade e Beneficência, chamado de **Cemitério das Irmandades**. Leva esse nome porque é administrado conjuntamente pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição.

Esse lugar foi escolhido pelas autoridades por acreditarem que ficava longe o bastante do núcleo do povoado. Buscavam evitar possíveis contatos com **doenças** como cólera e tifo, comuns na época, que eram altamente contagiosas e geralmente fatais.

Porém, não demorou muito para que o crescimento do povoado engolisse o cemitério, localizado junto ao bairro da Aldeia. Crescendo também a população, logo foi necessário delimitar um novo cemitério. O antigo foi erguido junto às barrancas do rio Jacuí; por isso, não havia para onde se expandir.

Em 1891 foi inaugurado o **Cemitério Municipal**. Felisberto Machado de Carvalho Ourique foi o primeiro sepultado, cachoeirense que participou da Revolução Farrroupilha. É possível visitar o monumento funerário construído em homenagem a ele, bem como as sepulturas de outras personalidades cachoeirenses.

Esta vez, sim, bastante distante do centro da vila de Cachoeira; mas, com o tempo, também acabou sendo engolido pela urbanização do município.



Pórtico do Cemitério Municipal, de 1891. Fotografia de Antonielli A'Costa Rodrigues, 2020.



O que é patrimônio?



Falar em **patrimônio** pode significar muitas coisas. Essa palavra muitas vezes aparece para se referir ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, a uma família ou a uma empresa, como imóveis, veículos, objetos, enfim, coisas consideradas valiosas.

Mas também pode nomear o **conjunto de bens que são considerados como parte da história e da cultura de um lugar ou de um povo**. Existem quatro categorias de bens patrimoniais.

Acompanhe:

- **Patrimônio imóvel:** são casas, prédios, terrenos, sítio histórico... ou seja, tudo aquilo que se encontra fixo em um determinado lugar, do qual não pode ser retirado e levado pra outro espaço.
- **Patrimônio móvel:** são objetos diversos, como carros, livros, mobília, roupas, dinheiro, documentos, mapas, fotografias, cartas, etc.
- **Patrimônio material ou tangível:** tudo aquilo que existe de forma física, que pode ser tocado: construções, objetos e assim por diante.
- **Patrimônio imaterial ou intangível:** são coisas que possuem valor mas que não podem ser tocadas, pois não possuem forma física. Exemplos: as músicas, uma festa tradicional, o nome de uma marca, uma rede social famosa na internet, um dialeto de um povo, etc.



Saiba mais

O patrimônio pode ser natural (como parques nacionais, reservas de biodiversidade) ou cultural (manuscritos, idiomas, edifícios...).

Chamamos de **Patrimônio Cultural** um conjunto de bens que são considerados importantes para um grupo de pessoas que acreditam possuir características em comum entre si.

Por exemplo os festejos da Semana Farrroupilha fazem parte do patrimônio cultural entre os gaúchos; o Carnaval é considerado patrimônio cultural do Brasil, e assim por diante.

Quem organiza tudo isso?

É importante você saber que foram criados **órgãos públicos** responsáveis por decidir o que deve ser considerado patrimônio cultural. Para isso, estabelecem leis e cuidados que se deve ter com esses bens:

1. **IPHAN:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 para proteger tudo o que fosse considerado patrimônio brasileiro;
2. **IPHAE:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, é o órgão estadual encarregado de cuidar do patrimônio do Rio Grande do Sul;
3. **COMPAHC:** Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural, criado em Cachoeira do Sul em 1981 para auxiliar a prefeitura nos cuidados com questões ligadas ao patrimônio do município.

Hoje a **população** também pode se **mobilizar** para **reivindicar o tombamento** de bens que consideram como seus patrimônios culturais e que ainda não são protegidos.



EXERCITANDO O CONHECIMENTO

1. Vamos lembrar algumas palavras importantes que aprendemos até aqui? Procure e enlace no caça-palavras abaixo. Depois, escreva os significados delas no seu caderno, usando suas próprias palavras.



2. Leia a tirinha abaixo, onde Armandinho conversa com um adulto:



Fonte: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/photos/a.488361671209144/1413721405339828>. Acesso em 27 jan. 2020.

- a. Qual dos dois personagens está certo, quando falamos sobre o cuidado que deve existir com o patrimônio cultural? Justifique sua resposta.
- b. Na sua opinião, o que deveria ser tombado na sua cidade, por possuir valor histórico ou cultural, e ainda não é? Por quê? Troque ideias com seus colegas.
- c. Em duplas, elabore um cartaz defendendo o bem patrimonial que você escolheu. Coloque um desenho ou foto e os motivos a favor do tombamento.

Cachoeira, na época da proclamação da independência do Brasil em relação a Portugal (1822), ocupava praticamente toda a metade oeste do estado. Essa vastidão fez com que Cachoeira desse origem a vários outros municípios, ao longo dos séculos XIX e XX. Sua história está entrelaçada com a formação do Rio Grande do Sul.

O município também envolveu-se na Revolução Farroupilha (1835-1845). Isso devido, principalmente, à sua posição central na província, entre os grupos envolvidos no confronto. Participaram da guerra cachoeirenses como Antônio Vicente da Fontoura e o general Bento Martins de Menezes.

Os anos da revolução prejudicaram o crescimento econômico de Cachoeira, diminuindo a arrecadação de tributos.

Porém, poucos anos após o fim do conflito, o município já recebia atenção do governo provincial, e também recursos para a realização de melhorias.

Uma das melhorias foi a construção de uma ponte de pedra no Passo Real do Botucaraí, concluída em 1848, após o fim da guerra civil. Foi a primeira ponte desse tipo erguida na província. Por muito tempo ela serviu como a principal ligação entre Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Porto Alegre, escoando a produção agrícola e industrial de Cachoeira. Somente nos anos 1950 deixou de ser utilizada.

Com outras quatro pontes da região central, a Ponte de Pedra foi tombada por sua importância histórica pelo IPHAE em 2013.

Ponte do Passo Real do Botucaraí em Cachoeira do Sul, primeira ponte de pedra construída no Rio Grande do Sul, inaugurada em 1848. Fotografia de Muti Produtora, 2018.



CACHOEIRA NO SÉCULO XIX

O povoado cresceu ao longo das décadas, e foi elevado à categoria de vila em 1819, através de alvará régio emitido pelo rei Dom João VI em 26 de abril, separando-se de Rio Pardo.

Foi o primeiro município gaúcho a passar por esse processo, e se tornou o 5º município criado no Rio Grande do Sul. Recebeu o nome de Vila Nova de São João da Cachoeira em homenagem ao rei D. João.

Essa emancipação aconteceu principalmente por causa da ótima localização geográfica de Cachoeira, onde passavam tropeiros e viajantes, e isso estimulava a economia.

A instalação do município, porém, só aconteceu mesmo mais de um ano depois, em 5 de agosto de 1820. Essa data é considerada a fundação oficial da cidade, quando se comemora o seu aniversário.



Mapa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1822, elaborado por João C. Campomar Jr. em 1942.

Observe que Cachoeira ocupa uma grande porção do território gaúcho nessa época. Fonte: Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



Falando em infraestrutura, em janeiro de 1859 Cachoeira do Sul recebeu finalizada a obra de construção da rampa de acesso ao Porto de Embarque e Desembarque da Vila Nova de São João da Cachoeira.

A realização da obra foi importante para melhorar e agilizar a ligação entre o interior do Rio Grande do Sul com Porto Alegre e mais além, com o porto marítimo em Rio Grande. É bom lembrar que as vias fluviais ainda eram o principal meio de transporte.

Devido aos avanços nos transportes, entre outras questões políticas e econômicas, as hidroviárias deixaram de ser o principal meio de locomoção e atividade comercial no Rio Grande do Sul. Por isso, o antigo porto hoje serve apenas a pescadores locais e esportistas náuticos.

Atualmente, o local é conhecido pela população como Praia Velha, e o calçamento original do século XIX está ainda preservado. Por mais de 100 anos esse local foi o único porto de Cachoeira do Sul, permitindo embarque e desembarque de passageiros e mercadorias transportados pelo rio Jacuí.

- O porto de Cachoeira do Sul em três momentos:
 - (1) Cartão-postal do começo do século XX, acervo do Museu Municipal;
 - (2) Fotografia do porto em 1915, fototeca do Museu Municipal;
 - (3) Aparência do porto no verão de 2020, fotografia de Antonielli A'Costa Rodrigues.



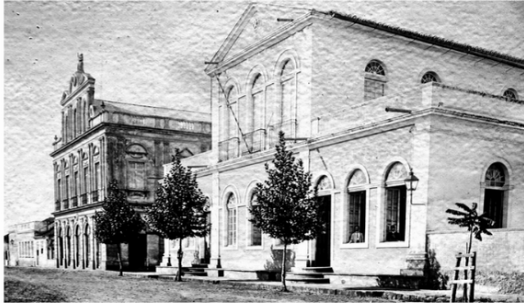
Em 1865, foi inaugurado um prédio para sediar a Câmara Municipal e a cadeia civil da cidade. Desde a fundação da cidade, em 1820, elas funcionavam em prédios alugados. Nos primeiros tempos, o edifício serviu como enfermaria e hospital. Lá se tratavam doentes e feridos que retornavam da região da fronteira, durante a Guerra do Paraguai.

Isso ocorreu por pedido do próprio imperador D. Pedro II, que esteve de passagem em Cachoeira durante o conflito. O imperador, enquanto esteve lá, se hospedou com uma rica família cachoeirense, que residia em um casarão localizado na esquina das ruas Saldanha Maranhão e General Portinho, já demolido.

A antiga Casa de Câmara, Júri e Cadeia foi tombada pelo COMPAHC em 1985, por ter sido reconhecido o seu grande valor para a história de Cachoeira. O prédio foi usado pela administração municipal até 2006, quando precisou ser interditado, por sua estrutura estar comprometida.

A comunidade se mobilizou pedindo a restauração do prédio, que foi concluída em 2017. Hoje é conhecido como Paço Municipal, e lá funciona o Museu Municipal da cidade.

A Casa de Câmara, Júri e Cadeia Civil (1865), em primeiro plano, e ao fundo o Teatro Municipal (1900), demolido na década de 1960. Fonte: acervo do Museu Municipal.



Saiba mais

A Guerra do Paraguai foi um conflito que aconteceu entre 1864 e 1870, considerado o maior que já ocorreu na América do Sul. Nele se enfrentaram a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, que iniciou o confronto. Os países disputavam domínio sobre os territórios da região do Rio da Prata e sobre a navegação comercial. A guerra terminou com a derrota dos paraguaios, que além dos grandes danos materiais, perderam cerca de 1/4 de sua população total.

Esse grupo fundou uma Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, em 1893. A leste do núcleo urbano de Cachoeira, atual bairro Rio Branco, os imigrantes e seus descendentes adquiriram um terreno e construíram um prédio, para servir de casa paroquial e escola.

Conforme crescia a comunidade luterana em Cachoeira e também nos arredores, aumentava a procura por matrículas de alunos junto à escola. Assim, em 1916, por iniciativa do pastor Hermann Dohms, iniciou a construção de um novo edifício para servir de casa paroquial, abrindo espaço no antigo prédio para aumentar a escola. A obra foi inaugurada em 1917 (fotos ao lado). Os dois lugares passaram a ser administrados pelo pastor e sua esposa.

Também por iniciativa de Dohms, em 1921 esse prédio deixou de ser casa paroquial e passou a abrigar o "Proseminar", que era o Instituto Pré-Teológico. Era uma instituição escolar de alto padrão na região. Nela, meninos se preparavam para mais tarde estudarem teologia e se tornarem os novos pastores evangélicos luteranos. Antes da criação do Proseminar, para obter essa formação era necessário ir estudar na Alemanha.

Alguns anos mais tarde, o Proseminar e seu idealizador transferiram-se para a sede do Sinodo luterano, em São Leopoldo. A escola alemã, no entanto, continuou existindo nas dependências da Comunidade. Hoje se chama Colégio Barão do Rio Branco e ocupa também o prédio do antigo Proseminar.

O Proseminar ontem e hoje. (1) O prédio na ocasião de sua inauguração. Fonte: acervo do Colégio Barão do Rio Branco. (2) Sua aparência atual, restaurado e bem conservado. Fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues, 2020.



Nessa época chegaram a Cachoeira as primeiras famílias de imigrantes alemães, que ajudaram no crescimento da economia e da população. Em 1857 entraram os primeiros imigrantes alemães, que foram morar ao norte da área urbana de Cachoeira, em uma região chamada de Colônia de Santo Ângelo. A colônia recebeu esse nome em homenagem a Ângelo Moniz Ferraz, que era presidente da província do Rio Grande do Sul na época.

Os primeiros imigrantes que chegaram a Cachoeira vieram de uma região chamada Pomerânia. Eles partiram da cidade de Hamburgo e atravessaram o Oceano Atlântico de navio, até o porto de Rio Grande. dali, entraram na Laguna dos Patos, e seguiram até Porto Alegre. Na capital, embarcaram em um navio a vapor, que subiu pelo rio Jacuí e os levou até o porto colonial, na localidade de Cerro Chato.

Mais tarde, muitos outros imigrantes, vindos de diversas regiões da atual Alemanha, chegaram à região da colônia. Lá, enfrentaram problemas como falta de infraestrutura, abandono por parte do Estado brasileiro, entre muitas outras dificuldades.

Muitos imigrantes alemães também foram viver na cidade, na zona urbana de Cachoeira. Várias famílias construíram suas casas ao longo da antiga *Stoffel Pikade*, atual rua Júlio de Castilhos. Mais tarde, famílias de origem alemã enriquecidas agruparam-se na região hoje chamada de bairro Rio Branco.

(1) Rua Júlio de Castilhos em 1915. Acervo da família Tischler. (2) Campo de futebol Tamandaré no bairro Rio Branco, na década de 1940. Acervo do Museu Municipal. (3) Villa Adolfin, uma das primeiras casas do bairro Rio Branco, construída por Augusto Wilhelm em 1913. Acervo do COMPAHC. (4) Obra de calçamento no mesmo bairro, na década de 1940. Acervo de Corálio Cabeda.

Ao transferir-se para São Leopoldo, em 1927, Dohms lançou uma ideia junto à comunidade: a construção de uma igreja própria.

Durante os três anos seguintes, houve muita mobilização entre os membros da comunidade, em especial de famílias aristocráticas de ascendência germânica, que já estavam muito bem estabelecidas na cidade.

Em abril de 1931, a obra foi entregue, e a comunidade inaugurou o Templo Martin Lutero, construído com inspiração gótica, projetado pelo arquiteto alemão Theo Wiederspahn.

Nos registros da comunidade, está descrito que o mobiliário foi inteiramente doado por fiéis. É interessante reparar que os membros de uma comunidade tão pequena (160 pessoas nessa época) devem ter feito um esforço muito grande para angariar recursos para a obra. Além disso, possivelmente dispunham de boas condições financeiras, que permitiram realizar um empreendimento tão importante.

O Proseminar e o templo são tombados pelo COMPAHC desde a década de 1980.

À esquerda, o templo Martin Lutero na década de 1960. Fonte: acervo de Claiton Nazar. À direita, a aparência atual do templo, em fotografia de Antonieila A'Costa Rodrigues (2020).



Cachoeira recebeu também imigrantes italianos, sendo algumas famílias oriundas da Quarta Colônia Imperial — Silveira Martins, fundada em 1877. Essas pessoas estabeleceram-se principalmente no distrito cachoeirense denominado Cortado; outras mudaram-se para a cidade e ajudaram a desenvolver o comércio local. Esse grupo de pessoas vem contribuir para a composição étnica bastante variada que originou o povo cachoeirense.

A chegada das diferentes levas de imigrantes contribuiu para melhorar o desenvolvimento econômico em Cachoeira do Sul, entre cerca de 1850 e 1900. Estabeleceram-se na região principalmente como pequenos produtores de subsistência, mas havia também diversos profissionais liberais vivendo na área urbana. Prósperos agricultores igualmente viviam na cidade, e ajudaram a transformar a cidade em um importante polo orizícola do Rio Grande do Sul.

As autoridades do governo imperial brasileiro estimularam a vinda desses imigrantes para o Brasil, e eles vieram, aos milhares, para diversas partes do império. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, eles chegavam com a finalidade de povoar áreas consideradas “vazias” ou “vulneráveis” da província.

Além disso, o império procurava aos poucos substituir a mão de obra de pessoas escravizadas de origem africana. A partir de 1850, a entrada de novos escravizados no Brasil foi proibida por lei.

FIQUE DE OLHO!

Etnia é uma palavra usada para se referir a um grupo de pessoas que possui características em comum, pelas quais os indivíduos se identificam, enquanto grupo. Essas características podem ser culturais, religiosas, idiomáticas, etc. Um exemplo é a etnia tupi-guarani, tipicamente brasileira.

Uma atividade de subsistência é aquela feita pensando na sobrevivência. Um agricultor de subsistência cultiva plantas para sobreviver e alimentar sua família, e não para ficar rico.

Orizícola: palavra relativa à cultura do arroz. Logo, um polo orizícola é um local onde se produz grande quantidade de arroz.

EXERCITANDO O CONHECIMENTO

1. Volte à página 23 e observe com atenção as três imagens do antigo porto de Cachoeira do Sul. Depois, leia as perguntas e responda em seu caderno.



- O que as três fotografias possuem em comum?
- Quais são as diferenças entre as imagens?
- Você já esteve no porto? Se sim, descreva como foi a experiência. Se não, pergunte a alguém que já foi e anote o que a pessoa lhe contar.
- Na sua opinião, por que o porto de Cachoeira do Sul está praticamente abandonado? O que poderia ser feito para melhorar?
- Qual é a importância do porto em uma cidade que possui rio navegável como o Jacuí?

2. No bairro onde você mora existe alguma casa, edifício ou monumento reconhecido como patrimônio histórico da cidade?

- SIM:** descreva esse bem patrimonial com o maior número de detalhes possível. Se quiser, faça um desenho com inspiração nesse local.
- NÃO:** Reflita e troque ideias com professores e colegas em sala de aula. Pergunte também em casa, aos seus familiares e amigos. Por que não há nenhum? Escreva um texto sobre essa reflexão.

3. Você lembra que mapas e documentos também são bens patrimoniais? Vamos analisar o mapa do Rio Grande do Sul que está na página 22. Anote no seu caderno as informações:

- Assunto do qual se trata;
- Espaço retratado no mapa;
- Época que está sendo representada;
- Título do mapa;
- Data da criação do mapa;
- Nome do autor;
- Local onde se encontra o mapa hoje;
- Por que esse mapa foi escolhido para ilustrar este livro?



HERANÇA ESCRAVISTA EM CACHOEIRA

Desde o começo da dominação portuguesa sobre terras brasileiras, a mão de obra usada na exploração de atividades econômicas era a escrava.

Inicialmente os portugueses escravizaram os índios. A partir do séc. XVII, já quase que todos os escravos no Brasil eram pessoas negras trazidas à força de várias partes da África.

Cerca de 10 milhões de seres humanos foram sequestrados nesse continente. Destes, mais ou menos 40% chegaram a ser vendidos como escravos no Brasil, durante os quase 400 anos que durou a escravidão.

A partir de meados do século XVIII, quando de fato iniciou a ocupação das terras do Rio Grande do Sul pelo reino de Portugal, a situação não foi diferente do restante do Brasil.

Talvez você não saiba, mas por muito tempo alguns historiadores tentaram diminuir os horrores da escravidão em terras gaúchas. Afirmavam que aqui os negros eram bem tratados pelos senhores; que no Rio Grande do Sul a mão de obra escravizada era muito pequena; quase diziam que “aqui não foi tão ruim assim”.

Hoje sabemos que os homens e mulheres negros estiveram vivendo no Rio Grande do Sul desde a chegada dos primeiros portugueses que receberam sesmarias, lá nos anos 1700. Sabemos também que o RS figurava entre as seis maiores províncias escravistas do Brasil, em número de escravos, no século XIX. E agora você já sabe: o gaúcho tem sangue negro. E o cachoeirense? Também!

Trabalhadores negros da Charqueada do Paredão, por volta de 1910. Fonte: acervo do Museu Municipal.



Os dados demográficos de 1814 colocam Cachoeira como região que possuía o maior número de homens e mulheres negros escravizados no Rio Grande do Sul nessa época.

A historiadora Margaret Bakos reuniu informações de diversos autores em uma tabela; nela é possível ver a evolução da população cativa no Rio Grande do Sul em diferentes municípios. Foi daí que extraímos as informações abaixo, sobre Cachoeira:

Tabela de evolução da população de pessoas escravizadas em Cachoeira do Sul

Ano	1780	1814	1859	1884	1885	1887
Número de cativos	237	2.622	3.397	1.403	658	464

Fonte: adaptado de BAKOS, 2018.

Dr. Balthazar de Bem (ao centro) com familiares e serviçais, c. 1910. Fonte: acervo do Museu Municipal



Mesmo com todas essas informações, pouco se fala na presença e no papel das pessoas negras na formação de Cachoeira do Sul. Essas pessoas ficaram, de certa forma, à margem da história do município.



Repare bem: nenhum dos bens patrimoniais dos quais falamos até agora pertenceram aos homens e mulheres negros que foram levados para Cachoeira na condição de escravos. Eles aparecem nas entrelinhas, aqui e ali, mas não eram donos dos prédios.

Nunca houve uma preocupação em preservar o patrimônio afrodescendente para as futuras gerações. Além disso, essas pessoas não vieram colonizar o Brasil, como açorianos e alemães, por exemplo. Eles foram trazidos contra suas vontades, e nem sequer eram considerados seres humanos. Milhões nem chegaram ao Brasil: morreram no caminho!

Apesar disso, a cultura brasileira é recheada de heranças do povo negro. Temos a influência musical, artística, linguística, religiosa, festiva... são infinitas contribuições. Na culinária, há inúmeros pratos e iguarias, como o acarajé, um bolinho de feijão que foi tombado pelo IPHAN como patrimônio nacional em 2004!

Mesmo assim, quando falamos de patrimônio histórico edificado, é muito difícil encontrar vestígios do povo africano e de seus descendentes, ainda que essas pessoas vivam no Brasil há quase 500 anos. Por isso, te convidamos a refletir sobre esse assunto.



Você sabia que, em 2018, 19,2 milhões de brasileiros se declararam pretos? Isso equivale a 9,3% de toda a população do Brasil! No mesmo ano, 46,3% dos brasileiros afirmaram que são pardos. Somos maioria nesse país, devemos ser respeitados e valorizados!

CACHOEIRA DO SUL ■ 33 ■ VAMOS CONHECER?

João Pereira Fortes casou-se em Rio Pardo, em 1755, com Eugênia Rosa Ribeiro. Ela também era açoriana, da Ilha Terceira, e o casal se estabeleceu na região de Cachoeira.

Em 1773, Fortes associou-se a Mateus Simões Pires, assinando contrato em cartório de Porto Alegre. Nesse documento, os sócios declararam ocupar conjuntamente duas estâncias, onde possuíam em comum animais, escravos e uma atafona (ou seja, uma moenda onde se fabricava farinha de mandioca).

Pesquisadores acreditam que essa atafona, declarada na sociedade, seja a mesma que está até hoje na propriedade chamada Estância São José, mais conhecida como Fazenda da Tafona. Sendo assim, é possível que o maquinário da atafona seja dessa época.

A atual proprietária da fazenda, a jornalista Maria Irtília Vieira da Cunha e Silva (a Marô), acredita que a casa-sede foi construída pelos escravos da família por volta de 1813. A propriedade sofreu várias divisões entre herdeiros, e também foi ocupada por muitas gerações da família Vieira da Cunha. Por causa disso, apenas a edificação principal da estância foi preservada, junto com a atafona que lhe rendeu o apelido.

(1) Galpão e maquinários da atafona, utilizados na produção de farinha de mandioca desde o fim do século XVIII na Estância São José, hoje Fazenda da Tafona. (2) O proprietário Marco Aurélio Schntz explica o funcionamento do maquinário para visitantes. Fotografias de Antonietta A'Costa Rodrigues (2019).



CACHOEIRA DO SUL ■ 35 ■ VAMOS CONHECER?

Com relação ao patrimônio histórico edificado que restou do período escravocrata de Cachoeira do Sul, dois sítios históricos se destacam: a Estância São José e a Charqueada do Paredão.

Nenhum dos dois pode ser considerado patrimônio histórico dos negros que viveram em Cachoeira do Sul. No entanto, como não encontramos construções genuinamente afrodescendentes, escolhemos explorar a história destes dois espaços, pensando na presença negra para a formação do município.

FAZENDA DA TAFONA



Fachada revitalizada da casa-sede da Fazenda da Tafona, antiga estância de uma das primeiras famílias a povoar Cachoeira do Sul. Fotografia de Marô Silva (2019).

Como já dissemos, entre os primeiros ocupantes de Cachoeira estavam casais vindos das Ilhas dos Açores. Eles foram trazidos pela Coroa portuguesa para povoar, proteger e trabalhar nas terras da região sul do Brasil. Na época, as fronteiras ainda não estavam definitivamente traçadas.

Um destes açorianos, entre os primeiros a chegar à região de Cachoeira, foi João Pereira Teixeira d'Águeda; seu nome também aparece em documentos como João Pereira Fortes. Ele nasceu na Ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores, e recebeu uma grande sesmaria à margem esquerda do rio Jacuí.

CACHOEIRA DO SUL ■ 34 ■ VAMOS CONHECER?

Ainda que, segundo Marô, houvesse indícios de ocupação indígena nas terras da fazenda, não sobrou nada para contar a história. Senzalas e outros espaços ocupados pela escravaria da família também não sobreviveram ao tempo.

Lá os escravos faziam tudo. Cuidavam da criação de animais, das lidas domésticas, da produção da farinha da atafona, construíam prédios como o galpão da atafona... enfim, eram a verdadeira força de trabalho da estância.

Marô preserva no interior da casa-sede um grande e valioso acervo de objetos e documentos históricos. A maioria são documentos referentes às várias gerações da família que viveram na casa ao longo dos séculos. Ela e o espaço buscam manter, tanto quanto possível, as características originais da edificação.

(1) Interior da sala de visitas da casa-sede, com rico acervo de diferentes épocas. (2) À direita, pátio central da casa visto de dentro do galpão da atafona, construído pelos escravos. Fotografias de Antonietta A'Costa Rodrigues, 2019. (3) Abaixo, o casarão em 1909. Fonte: acervo de Marô Silva



CACHOEIRA DO SUL ■ 36 ■ VAMOS CONHECER?

Por não possuírem recursos próprios no montante necessário para restaurar o local, o casal procura divulgar a fazenda como atrativo turístico de Cachoeira do Sul. A ideia é que o espaço gere renda, para ser investida em melhorias na propriedade.

Ainda pensando na preservação, a família conseguiu em 2001 incluir a fazenda no Sistema Estadual de Museus; em 2012, aconteceu o tombamento conjunto da casa-sede e da atafona, reconhecidos como patrimônio histórico e cultural de Cachoeira do Sul pelo IPHAE.

Em outubro de 2013 foi fundada a Associação de Amigos da Fazenda da Tafona - Casa de Memória. Além disso, os proprietários administram diversas redes sociais da fazenda na internet.



Acima, grilão do período da escravidão usado na antiga estância

Abaixo, uma obra de arte que buscou resgatar a história do escravismo em Cachoeira do Sul. Uma curiosidade é que a tela foi elaborada usando documentos históricos originais de época. Como sabemos, documentos são importantes fontes para o trabalho do historiador e devem ser preservados em locais apropriados, como nos acervos de arquivos e museus.



Peças do acervo da Fazenda da Tafona. Fotografias de Antoniaela A'Costa Rodrigues (2019)



CHARQUEADA DO PAREDÃO

Pouco se sabe com certeza sobre a história da Charqueada do Paredão. A empresa foi estabelecida em Cachoeira provavelmente em 1878, por um homem de origem germânica, chamado Jorge Clausen. Ela contava com um capital inicial de mil libras esterlinas, e a mão de obra usada na charqueada era escrava até 1884, e ex-escrava a partir de então. É considerada a primeira indústria de grande porte de Cachoeira do Sul.

Também sabemos, através de documentos, que os escravos residiam junto à Charqueada do Paredão. A indústria localizava-se a mais de sete quilômetros da região central da cidade, e separada do restante da zona urbana pelo Arroio Amorim.

Deve ter surgido algum comércio e uma pequena vila de moradores nas redondezas, região hoje conhecida como Prado.



FIQUE DE OLHO!

A libra esterlina era, e ainda é, a moeda usada no Reino Unido. Dizemos que a mão-de-obra passou a ser ex-escrava porque, em 1884, todos os escravos da charqueada foram libertados, com a condição de que continuassem trabalhando por mais alguns anos.

Imediações da Charqueada do Paredão (ao fundo, com chaminé) e uma pequena comunidade, retratadas em cartão-postal, dos primeiros anos dos 1900.

Fonte: Fototeca do Museu Municipal

Os pesquisadores Oliveira e Santos descobriram, através da análise de documentos, que existia um hotel na área da Charqueada, que devia abrigar viajantes de negócios que iam comprar charque ou vender gado. Tudo indica que o hotel pertencia a Emilio Stabltz, imigrante alemão residente na Charqueada.

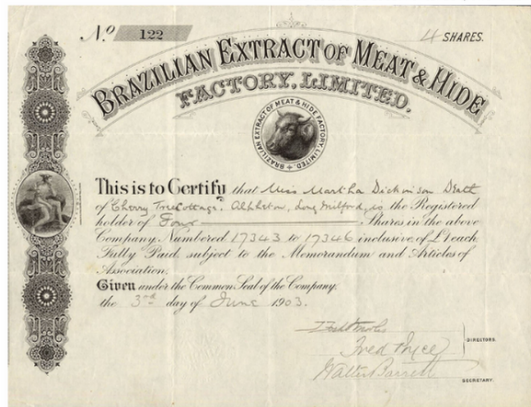
Em 1887, a Charqueada passou para a empresa britânica Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Limited, e assim permaneceu até 1921. Documento estadunidense de 1918 considera que essa era a maior companhia do Reino Unido na indústria de carne brasileira. Con-

tudo, parece que o negócio já não ia bem nessa época.

Seja como for, em 1916, o Estabelecimento Paredão constituía importante fonte de entrada de riquezas no município, conforme um relatório apresentado no ano seguinte por Emiliano Antonio Carpes ao intendente municipal, o capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama. Por essa época, a empresa produzia não apenas charque, mas também gorduras, conservas, chifres, extrato de carne, graxa, cinza de ossos e couros.



Certificado de cotas de capital da empresa Brazilian Extract of Meat and Hide Factory Ltd., empresa inglesa estabelecida em Cachoeira do Sul, datado de 1903. Fonte: Scrippoworld.com



A partir de 1921, o Estabelecimento do Paredão passou ao controle de uma companhia brasileira de nome Balthazar de Bem & Cia. Como o nome indicava, Dr. Balthazar de Bem era o sócio majoritário, presidente da sociedade e diretor da empresa.

Em 1922, após modernizações nas dependências da fábrica, lançam o Alimento Fabini, um produto alimentício elaborado com extrato de carne e glúten de cereais, em forma de granulado, vendido em latas.



Envelope da Charqueada e Estabelecimento Paredão divulgando seu novo produto, o Alimento Fabini, em Cachoeira do Sul, com data de 1923. Fonte: Acervo do Museu Municipal

Balthazar de Bem faleceu em 1924, e no ano seguinte já circulava em jornal um anúncio de venda do estabelecimento industrial, incluindo terras, construções e maquinários, contando com um ramal da via férrea, encanamento hidráulico, luz elétrica e linha telefônica.

Também através de jornais da época foi possível saber que no ano de 1930 a Charqueada do Paredão encontrava-se sob administração de firma denominada Osório & Terra.

O encerramento definitivo das atividades no Paredão ocorreu na década de 1930.





A Charqueada, no Paredão que lhe deu nome, em fotografia tomada da margem direita do rio Jacuí, em 1910 - é época, ainda administrada pelos ingleses. Fonte: fototeca do Museu Municipal.

Atualmente, toda a área da antiga Charqueada, assim como o novo porto construído há poucas décadas, **pertence à União**, sob responsabilidade da Superintendência do Porto de Rio Grande. Apesar da importante contribuição que sua existência gerou para a história do município, o conjunto do Paredão não é formalmente reconhecido como patrimônio histórico pelas autoridades de Cachoeira do Sul. 😞

Além do estado de abandono do complexo do Paredão em si, o **acesso a esse sítio histórico é tortuoso**. É preciso percorrer um trecho de aproximadamente três quilômetros por estradas sem calçamento e sem placas indicativas para poder chegar ao prédio principal.



(1) À esquerda, trabalhadores ao portão da Charqueada em 1909. Fonte: fototeca do Museu Municipal. (2) À direita, aparência atual do prédio principal, com sua chaminé ao fundo, completamente abandonado. Fotografia de Antonieta A'Costa Rodrigues, 2020.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- Acervo do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul
- Acervo da Fazenda da Tafona - Casa de Memória
- Fototeca do Museu Municipal de Cachoeira do Sul

Acervo digital do Arquivo Público do Rio Grande do Sul - <http://www.apers.rs.gov.br>
 Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional - <http://memoria.bn.br>
 COMPANH - <http://www.compahc.com.br>
 IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br>
 Jornal do Povo - <http://www.jornaldopovo.com.br>
 Mapoteca online do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - <https://www.ihgrgs.org.br>

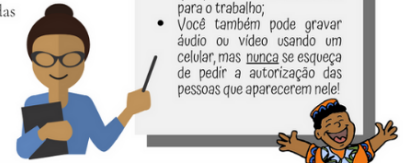
BAKOS, M. Escravidão e abolição no Rio Grande do Sul. Londrina: Eduel, 2018.
 ECKERT, K. B. Quando florescem os arrozais...: história da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cachoeira do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1994.
 HORTA, M. L. P. et al. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
 LACERDA, A. D. et al. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
 MOREIRA, P. R. S. et al. A Morte do Comendador. Eleições, crimes políticos e honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
 MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. Fundação do Município de Cachoeira do Sul: documentos históricos. Cachoeira do Sul: Gráfica Cachoeirense, 1987.
 OLIVEIRA, Renata Saldanha. Cativos julgados: experiências sociais escravas de autonomia, sobrevivência e liberdade em Cachoeira do Sul na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, UFSM, Santa Maria, 2013.
 PACHECO, R. A. Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente. Jundiaí: Paco, 2017.
 SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. Cachoeira do Sul: em busca de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1991.
 SCHUH, A. S.; RITZEL, M. R. M. Cachoeira do Sul: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1997.
 SÓNEGO, Aline. "Sob a condição que continue em nossa companhia": as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira, 1871/1889). Dissertação de Mestrado em História, IFCH, UPF, Passo Fundo, 2011.



EXERCITANDO O CONHECIMENTO

Reúna-se com alguns colegas; vocês vão pesquisar sobre a contribuição do povo africano e seus descendentes para a cultura da nossa cidade. Cada grupo escolherá um dos temas abaixo. Vocês devem criar uma apresentação para mostrar à turma os resultados da pesquisa. Façam cartazes, músicas, vídeos, exposições, maquetes... enfim: sejam criativos!


1. Alimentação/culinária
2. Religiões
3. Idioma/linguagem/lendas
4. Esportes
5. Música e dança
6. Festas populares



Para você realizar essa tarefa, temos algumas sugestões:

- Visite o museu da cidade, a biblioteca pública, para fazer pesquisas e também conversar com as pessoas que lá trabalham;
- Entreviste as pessoas mais velhas que moram na sua rua, no seu bairro, ou que possam ajudar de alguma forma;
- Anote todas as informações que parecerem interessantes para o trabalho;
- Você também pode gravar áudio ou vídeo usando um celular, mas nunca se esqueça de pedir a autorização das pessoas que aparecerem nele!

Observe as fotografias das páginas 33 e 35, com diferentes aspectos da Fazenda da Tafona. Muitas gerações de uma mesma família viveram naquele lugar, ao longo de três séculos diferentes.

- 
- O que permaneceu igual desde que a fazenda foi construída pelos escravos, em 1813?
 - O que mudou de lá pra cá?
 - Por que será que essas mudanças aconteceram?
 - Essas mudanças trouxeram benefícios? Quais?
 - Como você imagina que era a vida cotidiana das pessoas naquela época?
 - Qual é a importância de se preservar um lugar assim, na nossa cidade?

Use essas questões para elaborar um texto sobre o assunto. Não esqueça de dar-lhe um título.

AOS PROFESSORES

Nas próximas páginas você vai encontrar sugestões de atividades que podem ser realizadas com alunos de diferentes níveis da educação básica, desde os anos iniciais até o ensino médio e educação de jovens e adultos. Elas também podem servir de ponto de partida para inspirá-lo a elaborar o seu planejamento de aula pensando em estratégias para o desenvolvimento de habilidades e competências junto aos seus estudantes.

São atividades pensadas por e para professores de História, mas que podem e devem convergir para uma construção interdisciplinar do saber, sempre que for possível.

Quanto mais significativo for o conhecimento para os estudantes, certamente melhores serão os resultados do processo de ensino-aprendizagem. Não há dúvidas de que esse é o objetivo primário de todos os profissionais da educação.

Ainda que este material seja específico sobre a história de Cachoeira do Sul, sua premissa básica de en-

sinar a disciplina por meio do patrimônio histórico e cultural é facilmente adaptável para a realidade de outros municípios e contextos.

Da mesma forma, é bom lembrar que Cachoeira ocupou papel central na história do Rio Grande do Sul, esteve intimamente ligada a importantes passagens históricas da evolução do estado e também se insere em um contexto federal.

Logo, é possível explorar a história local para ensinar e aprender conteúdos que vão além dos anos iniciais, quando geralmente se estuda o bairro e o município. Como dito antes, basta que sejam feitas adaptações que atendam melhor à capacidade intelectual de cada grupo de estudantes.

Convidamos você a divulgar este material em sua escola, entre seus colegas professores, junto aos seus alunos e para a comunidade como um todo, pois essa história é de todos nós, e quando um povo conhece a sua história, não há de repetir erros do passado.

A autora

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

INTRODUZINDO O PATRIMÔNIO EM SALA DE AULA

Para se ensinar história através do patrimônio histórico e cultural, é fundamental que primeiramente os estudantes compreendam o significado de *patrimônio*.

Para isso, você pode introduzir o assunto explicando o **conceito de patrimônio**, ou pedir que os alunos verifiquem o que diz esse verbete em dicionários.

Na página 20 deste material estão algumas informações sobre patri-

mônio e suas diferentes classificações e subdivisões. Lá também falamos rapidamente sobre **diferentes órgãos** que se ocupam dos assuntos ligados aos bens patrimoniais na atualidade.

Você encontra na página 14 uma breve explicação a respeito do **tombamento de bens patrimoniais** - um termo que costuma gerar dúvidas entre os estudantes, e por isso deve ser bem explorado.

SUGESTÃO I: construindo mapas mentais

Mapas mentais são ótimas ferramentas para se introduzir qualquer assunto a partir do conhecimento que os estudantes já possuem. Eles ajudam a criar um vínculo imediato entre os alunos e o tema a ser estudado. Como aqui tratamos da cidade onde vivem, essa ligação fica ainda mais fácil de ser estabelecida. É interessante analisar que alguns bens patrimoniais aparecerão com muita frequência, e outros talvez sejam inteiramente esquecidos. Também podem aparecer bens que não são oficialmente reconhecidos enquanto patrimônio, mas que possuem significado para os estudantes que mencionaram. Frutíferas discussões podem surgir a partir daí.

- Sabendo os estudantes o que é patrimônio, explique que o tema da aula será o patrimônio histórico e cultural de Cachoeira do Sul.
- Mostre no quadro como se cria um mapa mental, indicando que pode ser usado para estudar qualquer assunto. Você pode exemplificar usando o modelo que inserimos a seguir.
- Peça para que os alunos elaborem o seu próprio mapa mental sobre o patrimônio histórico e cultural de Cachoeira do Sul, individualmente, em seus cadernos ou em uma folha em branco.
- Depois, conjuntamente, construa com eles um grande mapa mental no quadro.

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 45 ■ VAMOS CONHECER?

SUGESTÃO 2: estudo de caso

A **análise crítica de imagens e monumentos** pode render bons frutos em sala de aula. Nossa segunda sugestão envolve as páginas 13 e 14 deste material.

- Chame a atenção dos estudantes para a história da Casa da Aldeia, na página 13. Uma construção residencial que sobreviveu à passagem do tempo; uma lembrança dos tempos em que o Brasil era um império e ainda escravizava as pessoas negras livremente.
- Sublinhe o fato de que o casal proprietário do imóvel eram um homem português e uma mulher índia, e como isso era comum na época.
- Esclareça que a casa possuía cerca de 150 anos quando foi tombada pelo COMPAHC, em 2005. Foi continuamente ocupada e passou por diferentes proprietários desde a construção, sofrendo transformações.
- Depois de conhecer a história da casa, solicite que os estudantes analisem as imagens e respondam a algumas perguntas a partir de suas percepções. Veja abaixo alguns exemplos.

REFLETINDO...

1. O que permanece igual no edifício?
2. O que foi alterado? Por que?
3. Você já conhecia a Casa da Aldeia? Já esteve lá pessoalmente?
4. Pense o que poderia acontecer no bairro da Aldeia, onde fica a casa: e se ela fosse restaurada? E se ela fosse demolida? E se ela continuar como está?
5. Imagine que você seja um morador do bairro e viva próximo da casa. Como você acha que se sentiria a respeito dela? Converse com os seus colegas.

É possível estabelecer relação entre as más condições em que se encontra a Casa da Aldeia, 15 anos após seu tombamento, e a charge que está na pág. 14, tratando justamente desse tema. Nela, uma criança e seu pai estão em uma rua com sobrados aparentemente históricos. Um deles desaba, e o menino pergunta ao pai se é isso que significa "tombamento".

O autor faz um trocadilho com os diferentes significados da palavra, mas que, se analisarmos detidamente, são dois lados da mesma moeda quando se trata do patrimônio edificado.

O processo de tombamento da casa da aldeia é um exemplo dessa

dualidade. Ela foi reconhecida como patrimônio da cidade, e por isso tombada. Porém, o tombamento impõe a observância de normas técnicas específicas para a execução de reformas e revitalizações em edifícios históricos, tornando possíveis obras ainda mais onerosas do que geralmente já são.

Quando o proprietário não possui recursos ou não procura auxílio, o imóvel acaba abandonado e degradado, como a Casa da Aldeia, e sujeito ao tombamento - literalmente. Ou seja: ainda que legalmente protegido, na prática, o patrimônio continua vulnerável. São pontos interessantes para se debater.

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 47 ■ VAMOS CONHECER?

Exemplo de mapa mental



Bens patrimoniais tombados em Cachoeira do Sul

- Casa da Aldeia
- Estação Ferroviária da Ferreira
- Antigo Banco da Província
- Paço Municipal
- Residência do Dr. Balthazar de Bem
- Painel "Sinta-se Feliz na Capital do Arroz"
- Cine Teatro Coliseu
- Chateau d'Eau
- Templo Martim Lutero
- Catedral Nossa Senhora da Conceição
- Primeiro prédio do Hospital de Caridade e Beneficência
- Estância São José - Fazenda da Tafona
- Instituto Pré-Teológico Proseminar
- Residência de José Custódio Coelho Leal/União de Moços Católicos (fachada)
- Knorr & Eisner
- Filial do Banco Pelotense
- Ponte de Pedra do Botucará

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 46 ■ VAMOS CONHECER?

SUGESTÃO 3: pesquisa e exploração

Na página 42, sugerimos que os estudantes realizassem uma pesquisa a respeito das contribuições culturais do povo africano para a formação de Cachoeira do Sul. Nossa terceira sugestão é uma variação dessa atividade, dando ênfase, porém, na questão do patrimônio histórico edificado.

- Os estudantes já conhecem o conceito de patrimônio e já sabem quais são os principais prédios históricos da cidade. Questione-os sobre qual desses prédios, ou outros, são herança do povo africano que foi levado para Cachoeira na condição de escravo. Quais desses prédios pertenceram a pessoas negras? Que outras construções eles ocupavam na cidade, durante os séculos XVIII e XIX? E no século XX? Possivelmente, poucas respostas surgirão.
- Então, proponha que a turma vá em busca dessas informações, nos mesmos moldes sugeridos na atividade da p. 42.
- Peça que pesquisem sobre lugares da cidade onde os negros viviam no passado, entrevistando pessoas, procurando fotografias, visitando os acervos históricos municipais, pesquisando na internet.
- Em um segundo momento, com a pesquisa concluída, sugerimos a montagem de painel ou exposição na escola, onde os estudantes apresentem à comunidade escolar o resultado de seus trabalhos.

- A exposição pode conter fotografias, textos, árvores genealógicas dos alunos ou de pessoas entrevistadas, desenhos, objetos, e também dispor de materiais multimídia, como músicas, vídeos, etc.
- É interessante que, depois de tudo pronto, seja feita uma reflexão em sala de aula com os estudantes. Em uma roda de conversa, eles podem contar como foi o processo de reunir as informações, as pequenas conquistas e os entraves.

É provável que, antes mesmo desse momento, surja a questão da dificuldade em encontrar fontes nas quais pesquisar esse tema, que ainda é pouco explorado em Cachoeira do Sul. Turmas de alunos mais jovens tendem a encontrar maior dificuldade no sentido de "pensar fora da caixa", ou construir respostas a partir do nada, buscando informações para além dos livros e da internet.

Assim sendo, tratar do patrimônio histórico edificado de herança negra em Cachoeira do Sul pode ser um assunto mais adequado a estudantes de maior faixa etária, como no ensino médio e EJA.

No entanto, é possível adaptar a atividade a outros temas de menor grau de dificuldade, caso o público-alvo seja de estudantes do ensino fundamental, também com resultados satisfatórios.

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 48 ■ VAMOS CONHECER?

SUGESTÃO 4: estudo do meio

Esta sugestão de atividade foi criada seguindo os passos sugeridos por Ricardo de Aguiar Pacheco em seu livro Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente. Consiste no que ele chama de metodologia do estudo do meio, onde acontece uma sequência metodológica de três passos básicos. Podemos resumir da seguinte forma: 1) problematização; 2) coleta e sistematização das informações; e 3) intervenção social.

Nesta proposta, abordamos a questão do porto de Cachoeira do Sul, inaugurado em 1859, hoje em dia também popularmente conhecido como Praia Velha. Neste material, ele aparece na pág. 25. No entanto, é perfeitamente possível reproduzir essa técnica metodológica do estudo do meio para abordar outros bens patrimoniais da cidade; é certo que os resultados serão sempre variados e promissores.

1. Problematizar o tema que se quer trabalhar.

Aqui, queremos trabalhar com a questão do porto de Cachoeira do Sul. Há dois anos, veio à tona na mídia local que autoridades municipais desconheciam o fato de que o calçamento localizado ao final da rua Moron, onde fica o porto, é original do século XIX, e que por isso tinha valor histórico para a cidade. Da mesma forma, a grande maioria dos cidadãos ignora esse pedaço da história cachoeirense.

- Comece perguntando: quem já foi ao porto? Como é lá? Por que foi construído? Sabem aquelas pedras? E assim por diante.
- Pode-se também mostrar fotos antigas do lugar, como as da página 24. Muitos alunos possivelmente, podem não saber de tais informações.
- Depois, você apresenta a notícia jornalística que vai anexa na próxima página, que provavelmente gerará comoção.
- "Ora, pois então até mesmo um político pode não conhecer a história da cidade? Por quê?". Um interessante debate pode surgir, instigue-os a trocarem ideias.

• Nesse momento, a tarefa do professor é sugerir que os estudantes proponham uma melhor divulgação do valor histórico do porto.

2. Coleta e sistematização de dados e informações.

Instrua os estudantes a realizar pesquisas sobre a história da região do porto e sua evolução com o passar do tempo, buscando fotos, tomando depoimentos de pessoas. A critério do professor, poderá ser realizada uma saída de campo onde os alunos poderão fotografar a área para comparar com imagens antigas e também para ilustrar suas pesquisas.

3. Intervenção concreta usando as habilidades desenvolvidas; reverter o conhecimento adquirido em benefício concreto para a comunidade onde o indivíduo se insere.

Em sala de aula, os alunos deverão reunir e sistematizar as informações coletadas, organizando cronologicamente, destacando os pontos mais importantes, para criar um material de divulgação sobre esse sítio histórico de Cachoeira do Sul.

SUGESTÃO 5: explorando a cidade

Nossa última sugestão é também uma rica experiência para qualquer cidadão, em qualquer cidade: explorar os espaços do lugar onde vive, conhecer a história das ruas e prédios e das pessoas que ali viveram antes.

Aqui sugerimos um percurso que pode ser feito a pé pelo centro histórico de Cachoeira do Sul. Montamos uma atividade de saída de campo, para ser realizada com estudantes de qualquer nível do ensino. A metodologia que utilizamos foi inspirada no Guia Básico de Educação Patrimonial, de Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro.

Por ser uma atividade fora do ambiente escolar, alguns cuidados são necessários. Acompanhe:

- Primeiramente, recomendamos que você realize previamente o roteiro que depois fará com os alunos, prevendo os tempos entre início e final do percurso. Visitar o local antes de levá-los também ajuda a visualizar outras possibilidades e estratégias que podem não se incluir aqui.
- Também é importante que os alunos já possuam noções de conceitos como patrimônio cultural, tombamento, etc. A sugestão nº 1, sobre mapas mentais, pode auxiliar no reconhecimento dos estudantes enquanto estiverem realizando o percurso, treinando seus olhares para o assunto e ajudando a manter o foco na atividade.
- No trajeto sugerido, há outras edificações de interesse histórico que não estão contempladas na sugestão. Inclua-as no roteiro fica a critério do professor.
- Ainda é preciso ficar atento a questões práticas como:
 1. Verifique a previsão do tempo para o dia da saída de campo;
 2. Solicite com antecedência a autorização dos responsáveis para participação na atividade;
 3. Instrua os estudantes para que vistam roupas adequadas, levem água e outros objetos que você julgar pertinentes (boné, lanche, filtro solar, dinheiro, etc.).
- Os estudantes devem compreender com clareza a finalidade da saída de campo, pois não se trata de um simples passeio para ver e ouvir a fala do professor. Atividades devem ser dirigidas por você de maneira que eles interajam com o patrimônio durante o percurso e desenvolvam as habilidades cognitivas ensinadas. Aqui sugerimos algumas, e você pode adaptar como preferir.
- Hoje, muitos estudantes têm smartphones. Peça para que eles produzam fotografias durante a saída de campo, registrando também por escrito o que foi retratado, a data, o autor e outros detalhes. Os temas a serem retratados podem ser inúmeros: detalhes arquitetônicos, o patrimônio e seu entorno, diferentes pontos de vista, comparações de suas fotos com imagens antigas, enfim, o professor tem autonomia para decidir, levando sempre em conta a faixa etária dos estudantes. Posteriormente, em sala de aula, eles podem trocar ideias sobre suas produções e montar uma exposição.
- Convide os estudantes a observar com cuidado não apenas os imóveis que compõem o percurso, mas também o espaço ao redor deles, bem como as outras edificações próximas.

Esse material poderá ser um vídeo publicado em redes sociais; panfletos para divulgação no Museu Municipal e nas escolas; cartazes e/ou apresentações para expor em sua própria escola, para os demais alunos e professores; cartões-postais... enfim, são inúmeras possibilidades.

Reportagem da Rádio Fandango



Disponível em: <http://www.radiofandango.com.br/2018/04/13/compac-e-contra-asfaltamento-da-rua-moron-junto-ao-rio-jacui/>

Acesso em: 9 de janeiro de 2020

• Você pode lançar questões para ajudá-los a refletir. Por exemplo:

1. Quais desses edifícios foram lembrados em sala de aula?
2. Quais são antigos e quais são modernos?
3. Por que alguns edifícios modernos imitam a arquitetura dos prédios antigos?
4. Os edifícios antigos estão descaracterizados?
5. Por que será que isso aconteceu?
6. Olhando esse prédio, você consegue saber algo sobre as pessoas que viveram nele, ou para que ele foi construído?
7. Como está a conservação desses espaços?

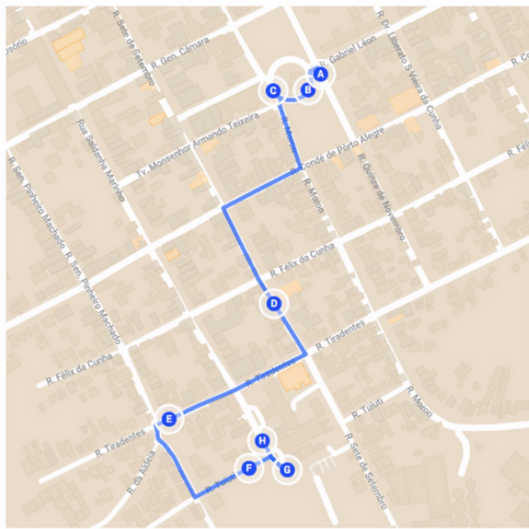
Incluimos abaixo uma ficha-modelo para análise dos edifícios que estarão no percurso, parte integrante do Guia, para você reproduzir e distribuir aos estudantes.

Ficha de identificação dos edifícios

IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO		Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres):
Cidade	Estado	
Rua	nº Bairro	
CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO		Diagnóstico do edifício (como ele se apresenta):
Antigo <input type="checkbox"/> Moderno <input type="checkbox"/>		
Foi modificado? S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/>		Importância do edifício para a comunidade:
Na volume? <input type="checkbox"/>		
Nas janelas? <input type="checkbox"/>		O que pode ou deve ser feito?
Nas portas? <input type="checkbox"/>		
No telhado? <input type="checkbox"/>		
Nº pavimentos <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		Observação: você pode pesquisar na Prefeitura ou em escritórios do Patrimônio para descobrir se este edifício está protegido por alguma lei.
Acrescimo <input type="checkbox"/> Demolição <input type="checkbox"/>		
Outras?(especifique)		
USO DO EDIFÍCIO		DADOS DO PESQUISADOR
Residencial <input type="checkbox"/> Religioso <input type="checkbox"/>		
Comercial <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/>		Nome
Público <input type="checkbox"/>		Idade
ESTADO DE CONSERVAÇÃO/OCUPAÇÃO		Escola
Em ruínas <input type="checkbox"/>	Ocupado <input type="checkbox"/> Vago <input type="checkbox"/> Parcial/ocup. <input type="checkbox"/>	Série
Em mau estado <input type="checkbox"/>		Grav
Regular <input type="checkbox"/>		
Bom <input type="checkbox"/>		

Fonte: Horta, Grunberg e Monteiro, 2009, p. 31

Mapa do percurso



- Museu Municipal
- Chateau d'Eau
- Catedral Nossa Senhora da Conceição
- Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul
- Casa da Aldeia
- Praça Itororó
- Cemitério das Irmandades
- Primeiro prédio do HCB

Elaborado com o site Google Maps
<http://maps.google.com>
 Trajeto total: 1 quilômetro

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 63 ■ VAMOS CONHECER?

SITES

- Museu Municipal de Cachoeira do Sul - <http://www.museucachoeira.com.br>
- Arquivo Histórico - <http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com>
- Prefeitura Municipal - <http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br>
- Blog História de Cachoeira do Sul - <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com>
- Associação de Amigos da Fazenda da Tafona - <http://fazendadatafona.wordpress.com>
- Jornal do Povo - <http://www.jornaldopovo.com.br>

PATRIMÔNIO E ENSINO DE HISTÓRIA

LIVROS

- BORIN, M. R.; JOSÉ, V. A. S. Educação Patrimonial: ações educativas. Tubarão: Copiart, 2016.
- GRUNBERG, E. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007.
- HORTA, M. L. P., et al. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- LACERDA, A. D. et al. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- PACHECO, R. A. Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente. Jundiá: Paco, 2017.

VÍDEOS

- Qual é a Nossa História? Sobre Patrimônio Cultural, Jogos e Educação. Disponível em: <https://youtu.be/euzYy6QkvCc>
- O que é patrimônio cultural e natural? Disponível em: <https://youtu.be/10oTbenVQ4>
- Sonia Regina fala sobre Educação Patrimonial - Parte 1 de 2. Disponível em: <https://youtu.be/sRikhvqt664>
- Diálogo sem fronteira - Educação patrimonial parte 1. Disponível em: https://youtu.be/_LptdGyV5s
- Documentário Educação Patrimonial: cidadania, diversidade e direitos humanos. Disponível em: <https://youtu.be/ky9-qfL2xg0>

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 65 ■ VAMOS CONHECER?

SUGESTÕES MULTIMÍDIAS

Para que você, professor ou professora, possa se aprofundar em alguns dos assuntos abordados nesse material, deixamos abaixo uma lista com algumas sugestões de fontes variadas que podem auxiliar na preparação de aulas e de atividades como as que nós propusemos. Esta compilação foi concluída em janeiro de 2020, e as referências relativas à internet estão sujeitas a alterações.

CACHOEIRA DO SUL

LIVROS

- ECKERT, K. B. **Quando florescem os arrozais...**: história da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cachoeira do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.
- MOREIRA, P. R. S. et al. **A Morte do Comendador**: Eleições, crimes políticos e honra (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. **Dicionário bibliográfico cachoeirense**: natos e adotivos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.
- SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. **Cachoeira do Sul**: em busca de sua história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.
- SCHUH, A. S.; RITZEL, M. R. M. **Cachoeira do Sul**: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

VÍDEOS

- Coisas de Cachoeira do Sul. Disponível em: https://youtu.be/BTLtM_ulaw
- Lugares - Cachoeira do Sul. Disponível em: <https://youtu.be/BZFYOTTPQys>
- Cachoeira do Sul. Disponível em: <https://youtu.be/Rqv1l-JHnNE>
- Documentário Cachoeira do Sul 200. Disponível em: <https://youtu.be/KlwSf4WSReE>
- Especial: O comerciante mais antigo de Cachoeira do Sul. Disponível em: https://youtu.be/QB3BaLDU_nM
- Cachoeira do Sul - Anos 30 - www.cachoeiratem.com.br. Disponível em: <https://youtu.be/CmyaTfCgqA4>

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 64 ■ VAMOS CONHECER?

SITES

- IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br>
- IPHAE - <http://www.iphae.rs.gov.br>
- Secretaria Especial da Cultura - <http://cultura.gov.br>
- Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - <http://www.cnfcp.gov.br>
- Projeto Educação Patrimonial - <http://www.educacaopatrimonial.com.br>

JOGOS

- Jogo do Patrimônio 2.0. Disponível em: https://issuu.com/cultura.pe/docs/cartilha_jogo_do_patrim_nio_2_0
- Jogos como mídia na educação patrimonial. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311766876_jogos_como_midia_na_educacao_patrimonial
- As Viagens do Tambor - jogo pedagógico. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185379>
- Jogo Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://jogopatrimoniocultural.com.br>
- Plano de aula - 5º ano - História - Jogo de Identificação "Descobrimos o Patrimônio Cultural". Disponível em: <https://novaescola.org.br/plano-de-aula/5830/jogo-de-identificacao-descobrimos-o-patrimonio-cultural>

PROFHISTÓRIA

Este material é fruto de uma dissertação defendida junto ao ProfHistória, um programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, oferecido em rede nacional, em 36 universidades, sob coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Existe um banco de dissertações onde já estão disponíveis mais de 220 trabalhos elaborados e defendidos por professores mestres em Ensino de História de todo o Brasil. Ele está disponível no seguinte endereço eletrônico:

[HTTP://PROFHISTORIA.UFRJ.BR/BANCO_TESE](http://profhistoria.ufrj.br/banco_tese)

CACHOEIRÁ DO SUL ■ 66 ■ VAMOS CONHECER?